

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VITOR PRUDENTE VIEIRA

CATALANISMO: A QUESTÃO INDEPENDENTISTA E O REGIONALISMO
CATALÃO NOS JORNAIS *EL PAÍS* E *EL PERIÓDICO* ENTRE 2012 E 2017

VIÇOSA – MINAS GERAIS
JUNHO DE 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VITOR PRUDENTE VIEIRA

CATALANISMO: A QUESTÃO INDEPENDENTISTA E O REGIONALISMO
CATALÃO NOS JORNAIS *EL PAÍS* E *EL PERIÓDICO* ENTRE 2012 E 2017

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Leonardo Civalle

VIÇOSA – MINAS GERAIS
JUNHO DE 2018

VITOR PRUDENTE VIEIRA

CATALANISMO: A QUESTÃO INDEPENDENTISTA E O REGIONALISMO
CATALÃO NOS JORNAIS *EL PAÍS* E *EL PERIÓDICO* ENTRE 2012 E 2017

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada aos 26 dias de junho de 2018.

Banca examinadora

Prof. Dr. Leonardo Civale

Orientador

Departamento de Geografia – UFV

Prof. Dr. Gustavo Soares Iorio

Avaliador

Departamento de Geografia – UFV

Prof. Dr. Fernando Conde Veiga

Avaliador

Departamento de Geografia – UFV

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu primeiro agradecimento. Pela vida e saúde que me deu por todos esses anos e que permitiram começar e continuar essa jornada que não foi fácil.

Aos meus pais, André e Rosimar, por todo o amor incondicional e por todo o apoio emocional e financeiro nesses anos acadêmicos. A saudade de morar longe pela primeira vez é incomensurável, mas toda ela valeu a pena: estou formando novamente. Não sei o que seria de mim sem vocês.

Aos meus familiares, especialmente à minha avó Rosinha, que me apresentou todo o amor do mundo e o deu para mim. Cada dia longe de você foi uma dor sem igual. E me orgulho de dizer que sou seu neto. Só amor e gratidão, e por tudo. Aos tios, tias, primos e primas, sei que torcem por mim desde sempre, mesmo tendo relutância para aceitar o curso que escolhi, mas tenho que dizer a vocês, a Geografia abriu ainda mais a minha mente. Também agradeço à minha prima Maria Amélia, que me acolheu em Viçosa desde o primeiro momento e trouxe risadas por todos esses anos. À minha prima Clarice, porque prometi colocar o nome dela nos agradecimentos.

Aos amigos que fiz na universidade, vocês possuem um lugar especial. Não sei o que seria de mim sem vocês. Todas as risadas, os encontros, as aulas chatas que mais conversávamos do que estudávamos, as brigas para se fazer um seminário ou um artigo, sou agradecido por tudo isso. Tenho que agradecer especialmente ao Marcos, Bruno e Camponês, amigos que posso contar para a vida. Não poderia deixar de fora Janaína e Amanda, amigas que fiz tardiamente, mas que levarei para a vida, só queria ter mais tempo aqui em Viçosa com vocês. Sem todos vocês, a universidade e a Geografia seriam maçantes demais para aguentar. Aos amigos de república, agradeço por tudo nesse último ano, especialmente pela amizade e companheirismo.

Aos professores da Geografia, vocês me ensinaram muito e sou grato por isso. Agradeço especialmente ao professor e orientador Leonardo Civalo por me aturar todos esses anos acadêmicos e por me apresentar às Geografia Política e Geografia Cultural, áreas da pesquisa geográfica que hoje sigo. Também agradeço aos secretários Patrícia, Gilmar e Fábio do Departamento de Geografia. Vocês são o coração e a cabeça deste lugar, sempre dispostos para ajudar todos e todas. Grato por todos os problemas resolvidos, principalmente os relacionados ao Sapiens, meu maior inimigo acadêmico.

Nas coisas essenciais, unidade; nas coisas não essenciais, liberdade; em todas as coisas, amor.

Lema Morávio

RESUMO

O presente trabalho visa analisar como a questão independentista na *Catalunya* é veiculada por meio de dois jornais espanhóis, o *El País*, cuja sede é Madri, e o *El Periódico de Catalunya*, cuja sede é Barcelona, através de conceitos referentes à Geografia. A *Catalunya* é uma região da Espanha que possui cultura e língua própria, além de um estatuto de autonomia que permite que a mesma tenha algumas vantagens por ser uma nação histórica. Dentre os jornais, analisaremos acerca das notícias referentes as manifestações e reivindicações de independência da *Catalunya*, lutada por tantos anos. Para tal, faremos a pesquisa em três partes: levantamento de bibliografia sobre os conceitos utilizados – território, região, identidade e nação e nacionalismo –, levantamento histórico da Espanha e *Catalunya*, e análises dos jornais.

Palavras-chaves: Independentismo, Espanha, *Catalunya*, Catalanismo.

RESUMEN

El presente trabajo pretende analizar cómo la cuestión independentista en *Catalunya* es transmitida por medio de dos periódicos españoles, *El País*, cuya sede es Madrid, y *El Periódico de Catalunya*, cuya sede es Barcelona, a través de conceptos referentes a la Geografía. *Catalunya* es una región de España que posee cultura y lengua propia, además de un estatuto de autonomía que permite que la misma tenga algunas ventajas por ser una nación histórica. Entre los periódicos, analizaremos acerca de las noticias referentes a las manifestaciones y reivindicaciones de independencia de *Catalunya*, luchada por tantos años. Para ello, haremos la investigación en tres partes: levantamiento de bibliografía sobre los conceptos utilizados – territorio, región, identidad y nación y nacionalismo –, levantamiento histórico de España y *Catalunya*, y análisis de los periódicos.

Palabras claves: Independentismo, España, *Catalunya*, Catalanismo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de Espanha e suas Comunidades Autônomas.....	16
FIGURA 2 – Mapa dos Antigos Reinos da Península Ibérica em meados do século XV.....	17
FIGURA 3 – Herança Europeia de Carlos V da Áustria.....	18
FIGURA 4 – Localização da <i>Comunitat Autònoma de Catalunya</i> na Espanha.....	26
FIGURA 5 – Territórios peninsulares de Raimundo Berengário IV de Barcelona.....	28
FIGURA 6 – A <i>Senyera Estelada</i>	30
FIGURA 7 – Mapa representando os <i>Països Catalans</i> (Países Catalães).....	35
FIGURA 8 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 12 de setembro de 2012.....	39
FIGURA 9 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 13 de setembro de 2012.....	40
FIGURA 10 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 28 de setembro de 2012.....	41
FIGURA 11 – <i>Via Catalana</i> de 2014.....	42
FIGURA 12 – <i>Via Catalana</i> de 2014 em Barcelona.....	42
FIGURA 13 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 12 de setembro de 2013.....	45
FIGURA 14 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 10 de setembro de 2013.....	46
FIGURA 15 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 30 de setembro de 2014.....	48
FIGURA 16 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 09 de novembro de 2014.....	49
FIGURA 17 – Representação da <i>Via Lliure a la República Catalana</i>	51
FIGURA 18 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 17 de setembro de 2015.....	52
FIGURA 19 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 28 de setembro de 2015.....	54
FIGURA 20 – Capa do jornal <i>El País</i> do dia 12 de setembro de 2017.....	59

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – Jornais utilizados por ano.....	37
---	----

LISTA DE SIGLAS

ANC – *Assembleia Nacional Catalana* (Assembleia Nacional Catalã)

CEE – Comunidade Económica Europeia

INE – *Instituto Nacional de Estadística* (Instituto Nacional de Estatística)

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

PIIGS – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (*Spain* em inglês)

PP – Partido Popular

PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol

UE – União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. CONCEITOS E TEMAS	3
1.1. Território	3
1.2. Região	7
1.3. Identidade, Nação, Nacionalismo	8
2. O REINO DE ESPANHA E A <i>COMUNITAT AUTÒNOMA DE CATALUNYA</i>	14
2.1. Reino de Espanha	14
2.2. O Contexto Histórico	16
2.2.1. Os turbulentos anos 2010: novas ideias, novos rumos	24
2.3. <i>Comunitat Autònoma de Catalunya</i>	25
2.3.1. Breve Contexto Histórico.....	26
2.3.2. Catalanismo e Independentismo Catalão	33
3. ANÁLISE DOS JORNAIS <i>EL PAÍS</i> E <i>EL PERIÓDICO</i>	36
3.1. <i>La Diada de l’Onze de Setembre</i> ou o Dia Nacional de <i>Catalunya</i> e os dias subsequentes.....	38
3.2. <i>A Via Catalana cap la Independència</i> de 11 de setembro de 2013 e suas repercursões	41
3.3. O <i>Referendum 9-N</i> ou Referendo sobre a Independência da <i>Catalunya</i> de 09 de novembro de 2014	47
3.4. <i>A Via Lliure a la República Catalana</i> de 11 de setembro de 2015 e os dias subsequentes.....	50
3.5. <i>A Diada de l’Onze de Setembre</i> de 2016 – breve contexto	55
3.6. O Referendo sobre a Independência Catalã de 01 de outubro de 2017 e a Declaração de Independência da <i>Catalunya</i> em 10 de outubro de 2017	55
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

O mundo globalizado no qual vivemos está repleto de mídias. Jornais, revistas, televisores, computadores, Internet. A mídia está presente em todo o mundo, o tempo todo. A globalização e o desenvolvimento das técnicas permitiram que fatos que ocorrem do outro lado do planeta chegue em instantes em nossa casa ou onde quer que estejamos. Nunca o mundo esteve tão pequeno.

O presente trabalho surgiu com o interesse do autor de analisar como as questões independentistas na *Catalunya* e quais as relações que esta tem com alguns conceitos básicos para e na Geografia. A escolha da *Comunitat Autònoma de Catalunya*¹ para a pesquisa foi porque a mídia, nos últimos anos, tem noticiado exaustivamente sobre aos conflitos identitários e nacionalistas decorrentes daquela região espanhola. As mídias, mais especificamente os jornais, estão no cerne das análises e pesquisas porque elas são Histórias do tempo presente. Desde modo, a presente pesquisa visa analisar como os problemas são noticiados pelo jornal.

Antes de começar a pesquisa, o autor buscou conflitos identitários pela Europa, uma vez o mesmo se encontra confortável para pesquisar sobre os problemas do continente. Não que problemas de identidade e separatismos não ocorram na América do Sul – local onde o pesquisador vive –, muito pelo contrário, existem diversos e variados. Ao selecionar a *Catalunya* como alvo da pesquisa, o autor a escolheu por diversos motivos, sendo eles a quantidade de reportagens disponíveis nos dois jornais – *El País* e *El Periódico de Catalunya* –, as línguas nas quais os jornais são publicados – castelhano e catalão – por serem sabidas pelo autor, e pela questão da independência catalã, que o mesmo já conhecia e apoia a causa. Entretanto, mesmo já tendo uma posição definida para tal, as análises serão ao máximo possível imparcial, para não atrapalhar o decorrer da pesquisa.

O foco da pesquisa é a questão independentista catalã e os jornais são um apoio para ser analisada a mesma. A *Catalunya* vem desde 2012 fazendo manifestações em Barcelona, nas principais cidades catalãs e do mundo, cujo objetivo é a reivindicação de uma maior autonomia, no sentido federal – ou seja, ter a autonomia igual a de um estado de uma federação, ao invés de uma autonomia limitada de um reino –, chegando

¹ No presente trabalho optou por usar o nome da Comunidade Autônoma da Catalunha sempre em catalão, língua oficial da comunidade autônoma espanhola estudada.

até a uma independência política do Reino de Espanha, como vem ocorrendo nos últimos anos devido à crise financeira mundial.

A forma de análise, optamos por fazê-la de um modo comparativo, utilizaremos os jornais acima citados e faremos as análises das notícias e reportagens que neles foram veiculadas. Deste modo veremos dois enfoques sobre os acontecimentos e abordaremos a respeito apenas as questões sobre o independentismo catalão entre os anos de 2012 e 2017, atentando para os principais acontecimentos ocorridos no período. A escolha do período não foi aleatória: em 2012 começam as manifestações sobre e para um referendo para a independência da *Catalunya*; e em 2017 a *Comunitat Autònoma* declara sua independência do Reino de Espanha.

Para isso o presente trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo faremos uma abordagem metodológica acerca dos conceitos-chaves para o andamento da pesquisa, sendo eles o território, a região, a identidade e a nação e o nacionalismo. Não faremos o estado da arte dos conceitos, apenas uma breve explicação de cada. Em seu segundo capítulo, o trabalho apresenta as áreas de estudo – Espanha e *Catalunya* – com um contexto histórico de ambos e os acontecimentos recentes que levaram às manifestações. No terceiro, as análises serão feitas buscando compreender como os jornais veiculam sobre a questão independentista catalã.

1. CONCEITOS E TEMAS

1.1. Território

O território é uma categoria de análise que, segundo Haesbaert (2011), possui três vertentes básicas: política ou jurídico-político; cultural ou simbólico-cultural; e econômica. A primeira, e mais difundida, território é visto “como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder” (HAESBAERT, 2011, p.40), poder esse relacionado como Estado. Na segunda, território é “um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2011, p.40). Na terceira, o território é visto “como uma fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2011, p.40).

Para Haesbaert (2011) o território possui duas abordagens: binômio materialismo-idealismo, que se desdobra em duas outras perspectivas: uma “visão que denominamos ‘parcial’ do território” e a outra “integradora” de território; e binômio espaço-tempo, também com dois sentidos: o primeiro em seu “caráter mais absoluto ou relacional” e o segundo em sua “historicidade e geograficidade” (HAESBAERT, 2011, p.41).

O território, desde a sua origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra. Quanto à origem da palavra, ela possui dois sentidos: a do território como uma materialidade, ou seja, a própria terra; e aos sentimentos que o mesmo inspira (HAESBAERT, 2011, p.42).

Nas concepções naturalistas, o território é “entendido dentro de um comportamento ‘natural’ do homem” ou “a partir da relação com a dinâmica natural do mundo” (HAESBAERT, 2011, p.44). Haesbaert (2011, p.45-54) faz diversas interpretações do conceito de território numa concepção naturalista de alguns autores, entre eles Di Méo, Howard, Audrey, etc., no qual o território é visto como um espaço onde o ser humano tem a necessidade de defender, é uma necessidade biológica do ser humano de dominar a terra. E esse controle não é só do espaço, mas também do tempo.

Nas concepções de base econômica, outra vertente da perspectiva materialista, sob a influência do marxismo, a capacidade de usufruto que o ser humano tem sobre o espaço gera o controle do mesmo sob a forma de território (HAESBAERT, 2011, p.55-

59). Para Santos (*apud* HAESBAERT, 2011, p.58), o “‘uso’ (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território”, e o território era visto como recurso (atores hegemônicos, recurso, garantia de realização de seus interesses particulares) e como abrigo (atores hegemônizados, abrigo, estratégias que garantem sua sobrevivência nos lugares). Percebe-se que a concepção naturalista também se encaixaria perfeitamente neste “conceito” de território como abrigo. Não se pode esquecer os territórios-rede, uma vez que “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede” (SANTOS, 1994, p.16 *apud* HAESBAERT, 2011, p.60).

Na Geografia Política, território e territorialidade são lidos como conceitos fundamentais (HAESBAERT, 2011, p.62). O território está intrinsecamente ligado ao Estado, ou seja, à política. Ligado ao Estado e ao poder que o mesmo tem para controlar sua população e as fronteiras. Segundo Gottmann (2012) o

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTMANN, 2012, p.523).

Percebe-se assim que o território é espaço geográfico mais a política exercida nesse mesmo espaço. Sousa (2014) compartilha dessas ideias também ao afirmar que “o território [...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*. [...] O território é essencialmente um instrumento de exercício de poder” (SOUSA, 2014, p.78). Contudo, Haesbaert (2011) afirma que ligar o território somente à política é uma das leituras mais limitadas e restritivas do mesmo.

Nas perspectivas idealistas, Haesbaert (2011) utiliza, principalmente, três autores: Godelier, e Bonnemaïson e Cambrèzy. O primeiro afirma que

[...]o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER *apud* HAESBAERT, 2011, p.69).

Já nas discussões sobre Bonnemaïson e Cambrèzy, Haesbaert (2011) observa que esses autores afirmam que “o território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico” (HAESBAERT, 2011, p.71).

Por isso, “o território é primeiro um valor”, pois “a existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda a sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida (BONNEMAISON e CAMBRÈZY *apud* HAESBAERT, 2011, p.71).

Assim, “o território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço” (BONNEMAISON e CAMBRÈZY *apud* HAESBAERT, 2011, p.72). Assim, o território simbólico-cultural precede os territórios político e econômico. Nós, seres humanos, pertencemos a um território devido a uma apropriação simbólica-religiosa, por isso ao perdermos um território, “desaparecemos” e “reaparecemos” em outro local. Do mesmo modo, o território é visto como um “construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos”, devido à carga simbólica que carrega (BONNEMAISON e CAMBRÈZY *apud* HAESBAERT, 2011, p.73).

Para Sousa (2014)

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUSA, 2014, p.84).

Este autor afirma que os territórios podem se formar e se dissolver com a mesma facilidade, uma vez que são “relações sociais projetadas no espaço” (SOUSA, 2014, p.87).

Como última perspectiva de território abordada por Haesbaert (2011), mas não menos importante, temos a perspectiva integradora, no qual o território só pode “ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)” (HAESBAERT, 2011, p.74). “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2011,

p.78). Mais uma vez percebemos presente o tempo para a explicação/conceptualização do território.

Haesbaert (2011) fala ainda sobre os “territórios-rede” que perfazem a definição de território.

Hoje, poderíamos afirmar, a “experiência integrada” do espaço (mas nunca “total”, como na antiga conjugação íntima entre espaço econômico, político e cultural num espaço contínuo e relativamente bem delimitado) é possível somente se estivermos articulados (em rede) através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global. Não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas. [...] [Estes] “territórios-rede”, [são] espacialmente descontínuos mas intensamente conectados e articulados entre si (HAESBAERT, 2011, p.79).

Sousa (2014) também fala dos territórios-rede, afirmando que

A complexidade dos territórios-rede, articulando, interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos, recorda a necessidade de se superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a *exclusividade* de um poder em relação a um dado território (SOUSA, 2014, p.94).

Isto é, os territórios são territórios-rede uma vez que eles possuem diferentes escalas de poder e esse é modificado por determinado período de tempo.

Por fim, Haesbaert (2011) fala sobre a visão relacional de território:

[...]o território é relacional [...] [por] incluir uma relação complexa entre os processos sociais e espaço material [...] Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou “fronteira”. Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, territorialidade. [...] Enquanto relação social, uma das características mais importantes de território é sua historicidade (HAESBAERT, 2011, p.82).

A territorialidade é necessária para a construção de um território já que uma população, ao se fixar em determinado espaço, territorializa este último com sua cultura e cria “raízes” sociais através do tempo, como dito anteriormente. Afinal, “o conceito de território deve abarcar infinitamente mais que o território do Estado-Nação. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território” (SOUSA, 2014, p.111).

1.2. Região

Nessa segunda parte de conceitualizações analisaremos o conceito de região brevemente, não querendo fazer um estado da arte. Assim, segundo Gomes (2014)

A palavra região deriva do latim *regere* [...] *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que disputassem de uma administração local, estavam subordinadas à regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma [...] a relação entre a centralidade do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial (GOMES, 2014, p.50-51).

A região, numa linguagem comum, tem a ver com localização e extensão. Enquanto como uma unidade administrativa, a “divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados. [...] o tecido regional é frequentemente a malha administrativa fundamental que define competências e os limites das autonomias dos poderes locais na gestão do território dos Estados modernos” (GOMES, 2014, p.53).

Desse modo, a região acaba sendo uma “criação” do ser humano enquanto sociedade e suas relações com o ambiente, a natureza, uma vez que as diferenças ambientais e culturais fazem com que os diferentes grupos deixem sua marca em um espaço delimitado; o espaço se torna intrínseco àquela sociedade. Assim, “a região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço” (GOMES, 2014, p.59-60).

Desde modo, o geógrafo deve descrever a região, mas antes o mesmo tem que conviver e indagar a própria região sobre sua identidade, ou seja, só será possível descrever uma região se o geógrafo viver na região que está estudando, fazer o trabalho de campo.

O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular. [...] A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico (GOMES, 2014, p.56-57).

Gomes (2014) diz também que na Geografia Tradicional, a região é um produto, e na Geografia Crítica, é um meio para se chegar ao espaço, e que “regionalizar passa a ser tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho”, contudo

essa regionalização acaba por gerar um “desenvolvimento espacial desigual” (GOMES, 2014, p.63-65). Com o humanismo na Geografia,

A noção de região [é] vista como um quadro de referência fundamental na sociedade. Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos que [servem] para revalorizar esta dimensão regional como um espaço vivido [...]. Nesse sentido, a região existe como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial [...]. Novamente, a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender a região é preciso viver a região (GOMES, 2014, p.67).

Segundo Gomes (2014, p.71-72), com a globalização, esse “fenômeno” de integração/unificação da economia e da “circulação” das culturas pelo globo, bem como dessa homogeneização de culturas, a região parece perder, um pouco, seu sentido. Porém, o que se percebe é um aumento da força dos regionalismos, ou seja, as regiões explicitam, ainda mais, suas diferenças frente ao mundo globalizado, perdendo sua “generosidade”, o diferente sempre será estranho e repudiado. Deste modo, a proximidade território e política em uma região está mais ligado, ou seja, as políticas regionais estão mais fortes, tendem a preservar fortemente sua cultura, sua sociedade, suas ideologias, frente à essa globalização. Em “uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial”, e “o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade, continua a se manifestar por todos os lados” (GOMES, 2014, p.72).

Font e Rufí (2006) também fazem uma análise da influência da globalização nas regiões, afirmando que globalização e localização andam lado a lado, são “dois processos sociais, econômicos e políticos determinantes no mundo contemporâneo, que se realimentam”, e que essas

[...]novas regiões, institucionalizadas ou não, podem responder a muitas tipologias de entidades territoriais e de identidades. [...] São, enfim, espaços que assumem parte da função de lugar em um mundo que tende à globalização, competindo com outros Estados para se consolidar como agentes do sistema econômico, cultural e político (FONT e RUFÍ, 2006, p.121-122).

1.3. Identidade, Nação, Nacionalismo

A identidade é uma das bases para estudar a região, ao nosso ver, porque a mesma se constrói ali. Castells (1999, p.22) entende que “identidade [é] a fonte de

significado e experiência de um povo”, ou seja, é um processo de construção de significados com base em atributos culturais. Essas identidades podem ser “formadas a partir de instituições dominantes”, se os atores sociais se internalizem. Assim, o autor afirma que

...do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. [...] Porém, todos esses materiais [história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva, fantasias pessoais, aparatos de poder e revelações de cunho religioso] são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou delas se excluem (CASTELLS, 1999, p.23-24).

Castells (1999) ainda fala de três formas e origens de construção de identidades, sendo elas: a identidade legitimadora onde é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”; a identidade de resistência que é criada por atores que são desvalorizados pela lógica da dominação, e criam, “assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade”; e a identidade de projeto, “quando os atores sociais [...] constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”, tendo esse último como exemplo o feminismo. Entretanto, a formação dessas identidades pode mudar ao longo do processo, ou seja, uma identidade de resistência pode se tornar uma de projeto (CASTELLS, 1999, p.24).

O autor ainda aprofunda cada uma das identidades e o que elas podem vir a ser, contudo, não entraremos nestas discussões visto que não influenciará no tema do presente trabalho. Apenas precisa-se saber que a identidade de resistência é a identidade da qual utilizaremos posteriormente. Castells (1999) também fala do global e do local e quais as influências que ambos geram. A globalização faz com que os locais, as comunidades, os lugares, se sintam intimidados, ocasionando, de tal modo, uma “busca pelo significado [sob o] âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais” (CASTELLS, 1999, p.27).

Hall (2004), outro estudioso de identidades, fala que “as identidades culturais [...] são formadas e transformadas no interior da representação”, bem como “as identidades nacionais representam [...] tanto a condição de membro do estado-nação

político quando uma identificação com a cultura nacional”, e que “as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas” (HALL, 2004), ou seja, existem outras identidades culturais dentro de uma identidade nacional. E que essa identidade nacional é puramente política – a partir da nacionalidade –, no qual um indivíduo escolhe fazer parte dela, como também é puramente cultural – a partir da etnia –, ela é dada ao nascer, é imposta ao indivíduo (GENEVIÈVE ZUBRZYCKI *apud* BAUMAN, 2005, p.66).

Joan Nogué Font e Joan Vicente Rufí, ambos catalães, afirmam que as identidades estão associadas

[...]a características tais como sexo e a origem étnica, mas também ao espaço geográfico e cultural; todos nascemos em um âmbito cultural determinado e em um lugar específico.

O lugar de origem imprime identidade ao indivíduo e ao grupo. [...] Assim, a identidade – inclusive das minorias – não deve ser concebida hoje como algo monolítico, mas como um fenômeno múltiplo, heterogêneo, multifacetado – e até certo ponto imprevisível – que problematiza e recompõe tradições. A identidade é algo que, em grande parte, constrói-se (FONT e RUFÍ, 2006, p.38-39).

Assim, como Hall afirma também, as identidades nacionais não são únicas e homogêneas, mas diversas e heterogêneas, se reformulando a cada instante, se construindo a todo momento, como também colocando sua “voz” no mundo cada vez mais globalizado, fazendo esse “retorno ao lugar” que Font e Rufí (2006) falam, afirmando o local, protegendo-o.

Já Zygmunt Bauman (2005), em seu livro-entrevista “Identidade”, afirma que “a ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’” (BAUMAN, 2005, p.26), no caso da *Catalunya*, essa crise começa após a ascensão de Francisco Franco à Presidência de Governo da Espanha (Franquista), no qual o General proíbe toda e qualquer manifestação cultural diferente da cultura espanhola, esta especificamente de Castela. A identidade de qualquer pessoa está relacionada ao pertencimento a algum lugar, uma região, e é construída a partir das vivências que a mesma tem, com todas suas experiências e descobertas.

A identidade, segundo Bauman (2005), é também

[...]uma ideia inescapavelmente ambígua, uma faca de dois gumes. [...] A “identidade” parece um grito de guerra usado numa luta defensiva: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra a totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora).

A identidade – sejamos claros sobre isso – é um “conceito altamente contestado”. [...] O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. [...] Talvez possa ser conscientemente descartada (...), mas não pode ser *eliminada* do pensamento, muito menos afastada da experiência humana. A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resolvida a ser devorado (BAUMAN, 2005, p.84-86).

No caso da Espanha, a identidade nacional feita por Franco não permitia ou toleraria outras identidades culturais, fazendo com que o mesmo quase as extinguisse, como afirma Bauman (2005), que “...a identidade nacional não reconhecia competidores, muito menos opositores. Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças [...] a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’. ...a identidade nacional só permitiria ou toleraria essas outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir (fosse em princípio ou ocasionalmente) com a irrestrita prioridade da lealdade nacional” (BAUMAN, 2005, p.28-29).

As identidades culturais, ao alcançarem vários indivíduos e/ou comunidades podem tornar-se identidades nacionais, ou seja, a sociedade se transforma em uma nação, porque ela é uma comunidade política imaginada pelos indivíduos. Uma comunidade é feita de símbolos e signos – primeiramente ligados ao sagrado –, que são utilizados em toda forma de comunicação. Com a “queda” do poder do sagrado, essas comunidades tornaram-se nações: indivíduos no mesmo território com a mesma língua, etnia e cultura (ANDERSON, 2008). Contudo, o autor afirma que foi o capitalismo editorial, ou seja, a imprensa foi a responsável pelo desenvolvimento dos nacionalismos e a consolidação de qualquer nação capitalista. Através da imprensa de jornais, principalmente, na língua vernácula dos indivíduos e da “nova” nação, com sua língua oficial fez com que esse sentimento de pertencimento a um local florescesse, ao qual Anderson (2008, p.73) chamou de “o revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo [editorial]”. Foi assim que as nações, os nacionalismos e as dinastias europeias nasceram e, entre elas, a “espanhola”.

Uma nação é uma entidade política e um “*sistema de representação cultural*”, como também uma “comunidade simbólica” o que gera um sentimento de identidade e

lealdade. Essa lealdade e essa identificação são, na modernidade, parte da cultura nacional, e as diferenças regionais e étnicas tornaram-se “uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas”, e que “a formação de uma cultura nacional” criou “padrões” dentro da nação, padrões esses como a alfabetização universal, a generalização de “uma única língua vernacular como meio de comunicação em toda a nação”, a criação de uma “cultura homogênea” e de manter as “instituições culturais nacionais” (HALL, 2004, p.49-50).

Cada nação é diferente das demais porque cada uma foi imaginada de modo diferente, foi pensada diferente, como Anderson (2008) afirma. A narrativa da nação, ou seja, a sua construção enquanto nação, nos é apresentada por Hall (2004) a partir de cinco elementos: essa narrativa é formada através de histórias que são contadas pelo próprio povo e que é passada de geração em geração, é aquilo que conecta nossas vidas; a identidade nacional é primordial, está na tradição e na intemporalidade, “os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história”; há uma invenção da tradição, ou seja, algumas tradições não são tão antigas quanto parecem, são criações recentes; o “mito fundacional: uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo”, e é aí que as tradições inventadas atuam; e por fim, a identidade nacional baseia-se, simbolicamente, no povo puro, contudo, “nas realidades do desenvolvimento nacional, é raramente esse povo (*folk*) primordial que persiste ou exercita o poder (HALL, 2004, p.52-56).

Hobsbawn (2016) nos fala que para se criar uma nação é necessário a vontade de sê-la, e que o conceito de nação é historicamente recente. Na modernidade, a nação não quer dizer independência e unidade política, mas sim um conjunto de pessoas com a mesma cultura, ou que façam parte de um círculo cultural parecidos. Utilizar Estado-nação para se referir a um Estado político-jurídico na atualidade é errôneo, visto que nenhum Estado, ou quase todos, não possui uma única cultura, língua, etnia, religião sobre seu território controlado.

Assim sendo, os conceitos até aqui apresentados não serão colocados dentro das análises dos jornais, e a explicação é que eles não possuem lugar nas mesmas, pelo menos não diretamente; os conceitos acabam sendo subentendidos, ou seja, foi necessário a apresentação deles para que o entendimento das análises ocorra, visto que a

questão independentista catalã é intrinsecamente ligada ao território, à região, à nação e à identidade.

2. O REINO DE ESPANHA E A *COMUNITAT AUTÒNOMA DE CATALUNYA*

O Continente Europeu foi e ainda é o lar de uma diversidade de povos, de etnias, de culturas. Nações que se perdem na bruma do tempo repousam sobre o território europeu; nações essas que conquistaram algumas regiões e perderam outras através de batalhas, e que redesenharam constantemente o subcontinente europeu. As novas fronteiras impostas pelos Estados e seus governantes, dinásticos ou não, não consideravam a identidades dos povos, principalmente das minorias regionais, o que acabou gerando na atualidade esse ideário independentista que ocorre na Europa. No capítulo a seguir será abordado um breve contexto histórico da Espanha, dando ênfase para o período conhecido como Franquismo – período esse conhecido por quase aniquilar as demais culturas na Espanha –, e após sobre a *Catalunya* e seus ideários de independentismo e nacionalismo, além de dados relevantes.

2.1. Reino de Espanha

O Reino de Espanha é uma monarquia constitucional, no qual o Rei – Rei Filipe VI – é o Chefe de Estado e o Primeiro Ministro é o Chefe de Governo, que está situado na Península Ibérica, na Europa Meridional ou Mediterrânea. Seu território tem uma extensão de 505.944 km² – com a área peninsular/continental, além das Ilhas Baleares no Mar Mediterrâneo, as Ilhas Canárias no Oceano Atlântico e as cidades de Ceuta e Melilla no norte da África. A população espanhola é de aproximadamente 46.549.045 habitantes segundo dados de julho de 2017, sendo que 4.464.997 – cerca de 9,6% – são estrangeiros (INE, 2017). A língua oficial do Estado Espanhol é o castelhano, popularmente conhecido no Brasil como espanhol. Contudo existem outras línguas oficiais em algumas comunidades autônomas, sendo elas o Catalão, o Valenciano, o Galego e o Basco (conhecida também como *Euskara*). Faz parte da União Europeia (UE), organização internacional de integração regional, e da Zona do Euro². O Produto Interno Bruto (PIB) espanhol foi de aproximadamente 1 113 851 € em 2016 (INE, 2017).

² O Euro é uma moeda veiculada em alguns países da UE e suas dependências, bem como em alguns não-membros da UE.

No que tange a administração do Estado Espanhol, o mesmo está dividida em comunidades autônomas – comunidades que gozam de governos próprios e possuem autonomia para gerir e desenvolver a educação, a saúde, a segurança, o meio ambiente, entre outras, na região. Atualmente o reino possui 17 comunidades autônomas, que se subdividem em 50 províncias, além de duas cidades autônomas, Ceuta e Melila. A autonomia se dá através do Estatuto de Autonomia das comunidades, no qual legisla sobre as competências que as mesmas devem seguir para governar. Oito das 17 comunidades autônomas são denominadas Nacionalidades ou Nações Históricas, cuja formação enquanto nação se deu antes da instituição do Estado. São elas: *Catalunya*, País Basco, Galiza, Andaluzia, Aragão, Comunidade Valenciana, Ilhas Canárias e Ilhas Baleares.

A Constituição Espanhola é a Carta Magna de todo o território espanhol, contudo as comunidades autônomas têm o direito de implementar leis regionais – equivalente às leis estaduais no Brasil –, desde que estas não venham a ser contra a Constituição. Assim, o Governo espanhol tem esse caráter descentralizado, no qual as regiões possuem autonomias políticas, econômicas, sociais e jurídicas. Entretanto, o caráter de autonomia não é obrigatório para todas as comunidades, de acordo com o artigo 143 da Constituição Espanhola.

En el ejercicio del derecho a la autonomía reconocido en el artículo 2 de la Constitución, las provincias limítrofes con características históricas, culturales y económicas comunes, los territorios insulares y las provincias con entidad regional histórica podrán acceder a su autogobierno y constituirse en Comunidades Autónomas con arreglo a lo previsto en este Título y en los respectivos Estatutos³ (ESPANHA, 1978).

Desde modo, nem todas as comunidades autônomas da Espanha possuem um Estatuto de Autonomia, elas são regidas pelo Governo central espanhol.

³ No exercício do direito à autonomia reconhecido no Artigo 2 da Constituição, as províncias vizinhas com características históricas, culturais e econômicas comuns, os territórios insulares e as províncias em entidades históricas regionais poderão acessar seu autogoverno e tornar-se Comunidades Autônomas de acordo com as disposições deste Título e dos respectivos Estatutos.

Figura 1: Mapa de Espanha e suas Comunidades Autônomas.



Fonte: Eurodicas (2017)

2.2. O Contexto Histórico

O território do Reino de Espanha, na sua parte peninsular e/ou continental, era conhecido como Ibéria pelos gregos e Hispania pelos romanos – vale lembrar que Portugal também faz parte da península e também possuía a mesma designação. Com a queda do Império Romano, a maior parte da região passa a ser controlada pelos Visigodos entre 415 e 711 d.C. A nação espanhola ainda não existia, ela só começaria a se formar no século XVIII.

No século VIII os muçulmanos invadem a Península Ibérica e põem fim à dominação Visigoda e instaurando no território o Califado de Córdoba. Os muçulmanos ficaram na península até o findar do século XV, mais especificamente até 1492 com a expulsão dos últimos na conquista de Granada, pondo fim à guerra de Reconquista pelos Reis Católicos. Durante o período de guerra contra os mouros vários pequenos reinos começam a ser formar na península, e o casamento da Rainha Isabel I de Castela com o Rei Fernando II de Aragão em 1469 – rei e rainha dos mais importantes reinos da época: Aragão (que incluía a *Catalunya*) e Castela – leva à criação do Reino de Espanha.

Figura 2: Mapa dos Antigos Reinos da Península Ibérica em meados do século XV



Fonte: Wikipedia (2016)

A criação do Reino de Espanha não se deu momentaneamente após a união, não houve uma unidade nacional de fato, o que ocorreu foi uma aglomeração de pequenos reinos com o intuito de expulsar os mouros da península. Cada reino ainda tinha sua soberania territorial, própria moeda, instituições e legislações, a única relação entre eles era a lealdade ao mesmo rei, lealdade a uma mesma Coroa (CARVALHO, 2016, p.53). É nesse fim do século XV que se iniciam as Grandes Navegações, a consequente “Descoberta” das Américas⁴ e o início da Inquisição da Igreja Católica – considerada uma das mais violentas e cruéis, devido à conversão dos muçulmanos e judeus que residiam na península. O nascimento do Império Espanhol está começando a se formar através da centralização do poder real e com ele o nascimento de uma identidade espanhola (CARVALHO, 2016, p.53-57). A primeira potência europeia está se formando, já no século XVI.

Com a morte de Isabel I de Aragão em 1505, o Rei Fernando II de Castela se casa com Germana de Foix, herdeira do Reino de Navarra, localizada no norte da

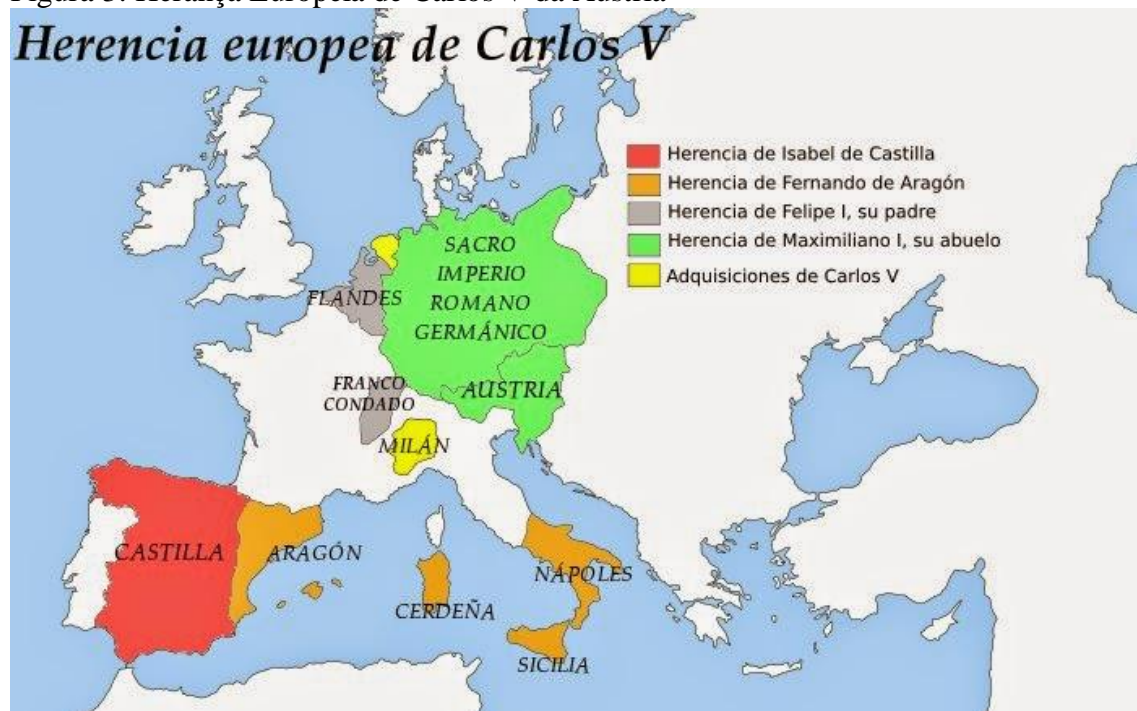
⁴ Não houve descoberta das Américas pelos europeus, visto que o continente já estava ocupado há alguns milhares de anos, o que os europeus fizeram foi um genocídio dos povos autóctones e saques das riquezas Inca, Maia, Asteca e de outras formações sociais e modos de vida.

península, e anexa este em Castela em 1512. Assim, a Espanha tem praticamente as mesmas fronteiras que possui atualmente, e daí tornasse uma das mais antigas unidades políticas da Europa, ao lado da Inglaterra, França e Portugal (CARVALHO, 2016).

A política de matrimônios acarretou notável incremento dos territórios controlados pelos Habsburgos. A união entre Castela e Aragão não apenas possibilitou a união peninsular sob uma mesma Coroa, como também, no médio prazo, inaugurou uma era imperial da identidade espanhola (CARVALHO, 2016, p.56).

Com o matrimônio da filha de Isabel I e Fernando II, Joana, com Felipe, da dinastia Habsburgo, nasce Carlos I da Espanha – Carlos V da Áustria –, herdando coroas de quatro grandes dinastias: Castela, Aragão, Borgonha e Áustria. Assim, Carlos tornasse Rei de Espanha – Castela e Aragão –, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Rei da Hungria e da Boêmia, além de controlar Nápoles e Sicília, ligadas à Coroa de Aragão. Seu filho, Filipe II “levou” a Espanha até a Ásia com a fundação da cidade de Manila em 1571 e a conquista do Reino de Portugal em 1580. A expansão espanhola consolida cada vez mais sua identidade imperial levando-a por alguns séculos (CARVALHO, 2016, p.56).

Figura 3: Herança Europeia de Carlos V da Áustria



Fonte: Wikipédia

Contudo, esse grande império foi se desfalecendo aos poucos devido a conflitos europeus, revoltas internas e principalmente problemas econômicos. Os recursos vindos

da América colonial não eram suficientes para suprir as demandas da corte e do clero, e da segurança de todos os territórios anexados, e a entrada da Inglaterra e Holanda no mercado mundial pioraram a situação da Espanha, além da autossuficiência das colônias americanas que não dependiam mais da metrópole, que insistia em uma produção ainda feudal.

Em 1618 eclode a Guerra dos Trinta Anos entre Espanha e França, esgotando o Tesouro Espanhol e Habsburgo, e em 1640 a Espanha perde seu território mais rico, a *Catalunya*, através de uma revolta que declarou a independência catalã, e por medo de uma represália da Espanha, a *Catalunya* permite que tropas francesas invadam seu território para fugir do absolutismo espanhol, ficando sob o protetorado francês por mais de uma década, até voltar ao controle espanhol em 1652 (CARVALHO, 2016, p.57).

Após esse conflito, outro conflito desintegra ainda mais o império: a Guerra de Sucessão entre 1700 e 1714. O filho de Filipe, Carlos II, não possuía herdeiros diretos, assim, a Coroa Espanhola foi disputada entre os Habsburgo e os Bourbons. Carlos II escolhe Filipe de Bourbon, duque de Anjou, neto de sua irmã María Teresa, casada com Luis XVI da França para ascender ao trono após sua morte. Filipe é proclamado Rei de Castela e pretendia ter um reinado com um poder mais centralizado, conforme era o governo francês. Contudo, outras pessoas eram “legíveis” para suceder a Carlos II, como o filho de Leopoldo I, Imperador do Sacro Império Romano Germânico, o Arquiduque Carlos de Habsburgo, apoiado por Aragão, *Catalunya*, Valência e Ilhas Baleares, além da Inglaterra, Portugal e Países Baixos, que não queria um poder centralizado e absolutista de Filipe de Bourbon (FURTADO, 2011, p.69).

Por fim, com o Tratado de Utrecht em 1713, Filipe V de Bourbon ascende ao trono espanhol, renovando o absolutismo, e decide, por meio do Decreto da Nova Planta, que todas as regiões serão tratadas igualmente, ou seja, somente haverá um parlamento com sede em Madri e o castelhano será a única língua oficial do Estado. Desde modo, a *Catalunya* é anexada de fato ao Estado Espanhol Absolutista, feito aos moldes do Estado Francês (CARVALHO, 2016, p.60-61).

Segundo o historiador Ricardo Garcia Cárcel, a vitória de Felipe V marcou o triunfo da Espanha vertical bourbônica sobre a Espanha horizontal dos Habsburgos, que permitia na prática uma espécie de Espanha federal, com agregados territoriais conectados com base em uma “identidade plural”. A Espanha bourbônica foi centralizada em torno de um eixo central, Castela, e

vertebrada a partir de uma identidade homogeneizadora espanhola. Grosso modo, esse foi o modelo adotado pelos Bourbons na França, em contraposição ao adotado pelos Habsburgos no Império Austro-húngaro (CARVALHO, 2016, p.61).

O absolutismo na Espanha continuou por mais de um século, e o poder da Igreja Católica continuou junto. Com as crises econômicas que o Estado passava, a Igreja viu um modo de aumentar sua influência, controlando, de modo indireto, o governo através de obras de caridade e infraestrutura, além da Inquisição que funcionava como a justiça da Espanha.

Em 1807 a Espanha se vê invadida por Napoleão Bonaparte, mesmo sendo um Estado “aliado” deste, e assim Fernando VII é obrigado a se exilar na França e quem assume a Coroa é José I, irmão de Napoleão. É nessa época que começa os levantes nacionalistas na Espanha contra a ocupação napoleônica, que, com o dinheiro inglês, conseguem expulsar os franceses da península em 1814. Porém, na cidade de Cádiz, extremo sul da Espanha, em 1812 não havia sido ocupada por Napoleão e assim criou-se a Constituição de Cádiz, que

...estabelecia que a soberania residia na nação, e não mais na figura do rei; criava uma monarquia constitucional que limitava os poderes do monarca; adotava a separação dos poderes; o voto masculino indireto; a liberdade de imprensa; o direito de propriedade e o fim da tortura. Além disso, instituía a educação pública como obrigação do Estado e extinguiu o feudalismo e a Inquisição. O texto não contemplava direitos para as mulheres e definia a Espanha como um Estado confessional católico, proibindo, em seu artigo 12, a prática de qualquer outra religião (CARVALHO, 2016, p. 63-64).

Essa constituição também advogava que as colônias espanholas na América deveriam ser províncias do novo Estado Espanhol e que deveria ter igualdade jurídica entre todos (CARVALHO, 2016, p.64). Mas em 1814, com o fim da ocupação napoleônica e o retorno de Fernando VII ao trono, a Constituição de Cádiz é revogada pelo rei, e o nacionalismo não é aceito pelo rei com medo de que acontecesse a mesma coisa que na França. A Espanha volta, aos poucos, a gerir seu império sem interferência estrangeira e introduz a indústria tardiamente em seu território, principalmente na *Catalunya* e no País Basco, onde ocorreram também ideais anticatólicas e/ou antiespanholas. Entretanto,

Na esfera política, os anos subsequentes ao retorno de Fernando VII continuaram agitados, com instabilidade e questionamentos à legitimidade real. Tal período testemunhou a perda das colônias americanas ocorrida nas duas primeiras décadas de século; a eclosão de três guerras civis (as Guerras Carlistas de 1833-1840, 1846-1849 e 1872-1876); a Revolução Gloriosa (1868); a mudança de dinastia, com a entronização de Amadeu de Saboya (1870-1873); a Proclamação da I República (1873); a Restauração

Bourbônica (1874); bem como a derrota para os Estados Unidos na Guerra de Cuba (1898). A instabilidade teve reflexo na produção legislativa. Além da Constituição de Cádiz de 1812, houve o Estatuto Real de 1834 e as Constituições de 1837, 1845, 1869 e 1876. Houve, ainda, o texto de 1856 e o projeto de Constituição federal de 1873, que não entraram em vigor (CARVALHO, 2016, 64-65).

O século XIX foi de grandes perdas e mudanças para a Espanha, assim como o século seguinte o foi. A urbanização foi consolidada na Espanha até então ruralista, e novos governos surgiram, sendo eles o governo de Primo de Rivera (1923-1930), a Segunda República (1931-1936), a Guerra Civil (1936-1939) e o Franquismo (1939-1975) – governo ditatorial de Francisco Franco.

A Espanha sofreu duas ditaduras no século XX: a primeira de Primo de Rivera (1923-1930) e a segunda de Francisco Franco (1939-1975), e que causaram enormes influências no cenário atual espanhol. Miguel Primo de Rivera, em 1923, faz o golpe de Estado e ascende ao poder espanhol com ideários de centralização política e uniformização regional na Espanha, assim, tinha como objetivos primeiros proibir e consequentemente excluir todos os idiomas e bandeiras regionais. Após essa investida centralista, as comunidades veem a necessidade de reagir à opressão ditatorial. O governo de Primo de Rivera foi instável por muitos anos e chegou ao fim com sua morte em 1930. A Segunda República espanhola surge no ano seguinte com uma nova Constituição, aprovada em 1931, e que ficou em vigor até o final da Guerra Civil, porém, na República espanhola no exílio, continuou tendo vigência até 1977.

A II República procurou avançar a questão étnico-territorial por meio da “Constituição integral” entre os modelos unitário e federal, que permitiu as concessões de Estatutos de autonomia para a Catalunha, o País Basco e a Galícia. O dilema entre regionalismo e centralismo, no entanto, criou fortes tensões internas dentro do próprio grupo republicano, composta em grande parte pelos herdeiros do jacobinismo do século XIX (CARVALHO, 2016, p.76).

Esse período também não foi calmo para a Espanha, visto que a descentralização territorial não agradava a todos, e o sentimento anticlerical para a construção de um estado laico, de um lado, e os nacionalistas que defendiam a “espanholização baseada na valorização da identidade religiosa”, do outro lado, foram os estopins para que a Guerra Civil (1936-1939). “O discurso republicano enfatizava a defesa da democracia, da legalidade, da liberdade e da Catalunha. [...] Os nacionalistas, por sua vez, afirmavam defender a pátria, *la raza*, e o milenar povo espanhol” (CARVALHO, 2016, p. 77). Estes últimos não queriam a laicização estatal, os separatismos, nem a modernidade.

O nacional-catolicismo via a nação como uma entidade “biológica”, independente da vontade humana. Tratava-se de algo dado e não construído, que os homens integravam por destino. Destacavam a legitimidade do recurso ao exército quando a Pátria estava ameaçada. Muitos acreditam que os militares venceram a batalha propagandística ao se autodenominarem “nacionalistas” e ao evocarem o espírito de cruzada e a necessidade de uma nova Reconquista para salvar a Espanha (CARVALHO, 2016, p.77-78).

Os nacionalistas acreditavam que só a fé poderia “conduzir” a Espanha, e que o trabalho deles era uma nova Inquisição, que salvaria o país dos hereges. Por fim, os militares ganham a Guerra Civil, com a ajuda de Hitler no bombardeio de Guernica e Madri e de Stalin nos massacres dos anarquistas, e assim, o general Francisco Franco ascende ao poder, fazendo a segunda Ditadura Militar na Espanha no mesmo século e implementando o fascismo no país.

Com a chegada de Franco ao poder, o nacionalismo passou a representar o discurso hegemônico da ditadura. O conceito de unidade constituiu princípio central na definição da nação e houve alterações no brasão da bandeira da Espanha, que incorporou, como novo *motto*, a frase “Una, Grande y Libre”, retirada do hino da Falange, inspirada, por sua vez, no fascismo italiano (CARVALHO, 2016, p.78).

O Franquismo recentralizou o Estado espanhol, com as mesmas diretrizes de Primo de Rivera: extinguir as línguas e culturas locais, principalmente da *Catalunya*, País Basco e Galícia, como voltar com o cristianismo estatal. O sentimento nacionalista foi enaltecido e fortalecido nos anos vindouros do governo franquista, como o sentimento xenófobo, comparado ao herege religioso. Essa opressão cultural, étnica e religiosa fez com que organizações de esquerda formassem um nacionalismo alternativo ao espanhol, onde as identidades pudessem exercer seu papel sem medo (CARVALHO, 2016, p.79). Abordaremos mais aprofundada a questão da *Catalunya* com o Franquismo no capítulo seguinte.

Um fato interessante que merece atenção é que o processo de criação dos símbolos nacionais foi lento: não existia bandeira nacional até 1843 – e foi mudada ao longo do tempo várias vezes e raramente aceita, até ser oficializada com o Franquismo, e mudada novamente após o término da ditadura –, e o hino nacional é um dos raros que não possuem letra, nunca possuíram. “A debilidade do processo de nacionalização das massas poderia ser constatada pelo pouco esforço estatal para incutir símbolos e mitos nacionais no público” (CARVALHO, 2016, p.70). Anderson (2008) afirma que o capitalismo, sendo o capitalismo editorial o mais importante, é o que dá origem à consciência nacional, através dos meios de comunicação de massa – o jornal sendo o primeiro deles – tem o poder de incutir ideais na população.

Francisco Franco morreu em 1975. O Rei Juan Carlos I assumiu o trono espanhol como Chefe de Estado, e uma nova constituição começou a ser escrita e a democracia, restaurada. Por ordem real, o Presidente de Governo do regime franquista, Carlos Arias Navarro, foi mantido, até a renúncia ao cargo em 1º de julho de 1976, sendo substituído por Adolfo Suárez, responsável por instaurar um regime democrático no país. A Constituição Espanhola foi aprovada em 1978 através de um referendo, entrando em vigor no final do mesmo ano, e sendo a primeira na História espanhola feita por todas as forças políticas (CARVALHO, 2016, p.108-109). As regiões tiveram seu poder local de volta com a descentralização do poder e criou-se as comunidades autônomas.

Nesse ínterim, uma tentativa de golpe de Estado foi engendrada, e terminou no fracasso, conhecida como Golpe de Estado de 23 de fevereiro de 1981, no qual o exército tenta invadir o Congresso na ausência do Rei no país. O País Basco, com seu grupo terrorista ETA (*Euskadi Ta Askatasuna* – Pátria Basca e Liberdade), causaram problemas em toda a Espanha no período, com sequestros de personalidades políticas e militares, e assassinatos de pessoas contra a liberdade de cultura e língua, vestígios do franquismo.

Em 1982, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) chega ao poder depois de 43 anos sem um partido de esquerda, progressista e socialista, com a maioria absoluta no Congresso, não precisando pactuar com outras forças políticas. No mesmo ano, o país integra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Espanha é aceita pela Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1986, que se tornaria a União Europeia, reformulando a política, a infraestrutura, a economia, a educação, e outras diretrizes espanholas. Em 1999, é criada a Zona Euro e moeda Euro, passando a circular na Espanha em nos países membros a partir de 2002. Desde modo, a Espanha teve um *boom* na economia, bem acima da média do resto do bloco europeu, contudo, comentaristas e especialistas econômicos afirmaram que esse crescimento sem precedentes poderia tornar-se uma crise econômica, como o foi em 2008. O PSOE é substituído pelo Partido Popular (PP) em 1996. O PP é um partido conservador e centro reformista, segundo seus próprios estatutos. Em 2004, o PSOE volta ao governo como líder, para perder o cargo para o PP novamente em 2011.

2.2.1. Os turbulentos anos 2010: novas ideias, novos rumos

Em 2011, Mariano Rajoy, do PP, é eleito Presidente de Governo de Espanha e consegue a maioria absoluta no Congresso, e o partido passou a governar 11 das 17 comunidades autônomas da Espanha, além de administrar 35 das 50 capitais de província, e representava praticamente toda a direita espanhola, com exceção da direita catalã e da basca (CARVALHO, 2016, p.125). Desde modo, a direita consegue, novamente na História, aprovar leis sem ter que fazer acordos no Congresso.

A crise financeira e econômica que assolou o mundo a partir de 2008 repercutiu em alguns países da União Europeia de forma avassaladora, como é o caso dos PIIGS⁵ – termo criado em língua inglesa que significa “porcos”. A economia espanhola viu seu *boom* no começo da década de 2000 e viu sua ruína no final da mesma, fazendo com que o país passasse por uma onda de manifestações nas comunidades autônomas, entre elas a *Catalunya*, que reivindica a separação do Reino de Espanha.

O desemprego espanhol chegou a 27% em 2013, a renda média dos espanhóis retornou aos mesmos níveis de 2002, e o consumo diminuiu drasticamente, como a venda de automóveis, que chegou aos níveis de 1986. O déficit fiscal e a dívida pública foram os maiores da Europa em 2013 (CARVALHO, 2016, p.126-127).

A crise econômica resultava não apenas da crise financeira internacional iniciada em 2008, mas, especialmente, de desequilíbrios internos em suas contas públicas e privadas, sustentadas, em grande parte, pela existência de crédito barato, pelo intenso ritmo da construção civil e por recursos oriundos da União Europeia (CARVALHO, 2016, p.127).

A Espanha gastou após a entrada na Zona Euro com infraestrutura – linhas de trem de alta velocidade, aeroportos, estradas, etc. – e imóveis, além de permitir o crédito barato, ou seja, muito além daquilo que poderia pagar. Esses problemas econômicos e financeiros geraram revolta na população, que acusava o governo anterior, de José Luis Zapatero, do PSOE, partido socialista. A nova administração de Rajoy, iniciada em 2011, fez os cortes orçamentários, aumento de impostos, reforma trabalhista e, diversas outras medidas para recuperar a economia⁶ (CARVALHO, 2016, p.127-128). A União Europeia teve uma forte influência no país para que o mesmo não afundasse nas dívidas e que os bancos não falissem, concedendo até € 100 bilhões. “A crise econômica se

⁵ PIIGS: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (Spain em inglês).

⁶ Não muito diferente da realidade brasileira atualmente.

propagou a outros âmbitos, dando lugar a uma crise social, política, institucional e territorial” (CARVALHO, 2016, p.129), e as manifestações em todo o país começaram, bem como a volta da discussão para a reforma constitucional e os Estatutos de Autonomia das comunidades. Os separatismos tendem a explodir com o advento de crises econômicas.

Outro ponto que deve ser destacado nessas crises é a questão imigratória em toda a Europa, principalmente nos países mediterrânicos, da qual a Espanha faz parte. Os imigrantes, principalmente os ilegais, tentam entrar na Europa constantemente, uma vez que nos seus países sofrem perseguição política ou sofrem das adversidades da vida, como a fome, as doenças e a falta de segurança. Segundo dados do *Instituto Nacional de Estadística* (INE), em 2016 viviam quase 1 milhão de africanos na Espanha, além de mais de 1,3 milhão de habitantes das Américas, Ásia, Oceania, e os Apátridas que eram 872 habitantes. É fato que alguns desses imigrantes são ilegais, que fugiram de seus países devido a guerras civis, fome, perseguição política, entre outros fatores, e acabam influenciando indiretamente na administração do país que tem que remanejar recursos para os mesmos. É deste modo que os patriotismos, os nacionalismos e a xenofobia eclodem, para fazer frente à “onda” de imigrantes.

Sobre as manifestações e suas consequências, não abordaremos as ocorridas para a questão independentista que não forem as da *Catalunya*, foco do presente trabalho. E assim sendo, abordaremos logo a seguir sobre as manifestações ocorridas do ano de 2012 até 2017, recorte histórico que optamos por fazer devido à relevância das manifestações e políticas feitas a partir delas.

2.3. Comunitat Autònoma de Catalunya

A *Comunitat Autònoma de Catalunya* é uma das 17 comunidades autônomas do Reino de Espanha e uma das 8 Nações Históricas. Sua capital e maior cidade é Barcelona. Situada ao nordeste da Península Ibérica e da Espanha, a *Catalunya* tem uma extensão territorial de 32.113 km² – 6,3% do território espanhol – e sua população é de aproximadamente 7.408.853 habitantes – segundo dados de 2016 –, ou seja, quase 16% da população espanhola. Tem como línguas oficiais o catalão, o castelhano, além do occitano (aranês). A *Catalunya* possui 4 províncias: Barcelona, Tarragona, Girona e Lérida. O PIB *per capita* catalão, em 2016, foi de 28 590 € (INE, 2017).

A *Catalunya* tem o status de Comunidade Autônoma de Espanha, no qual goza de sua autonomia financeira, administrativa e organizacional através do *Estatut d'Autonomia de Catalunya*, que concerne um autogoverno executivo – a *Generalitat de Catalunya* – com sede permanente na capital catalã, Barcelona; um parlamento – o *Parlament de Catalunya* –; e uma força policial – os *Mossos d'Esquadra*. Político, jurídico e economicamente, a *Catalunya* é independente do restante da Espanha, uma vez que possui técnicas para gerir a si mesma. Sendo uma Nação Histórica, a *Catalunya* tem o papel fundamental de proteger sua cultura e sua língua, através de divulgação cultural, educação e meios de comunicação de massa. É importante ressaltar a importância estratégica e de logística da região na Espanha: faz fronteira com a França ao norte e possui um dos maiores portos da Espanha e da Europa Mediterrânea, além de representar aproximadamente 20% da economia espanhola.

Figura 4: Localização da *Comunitat Autònoma de Catalunya* na Espanha



Fonte: DW (2017)

2.3.1. Breve Contexto Histórico

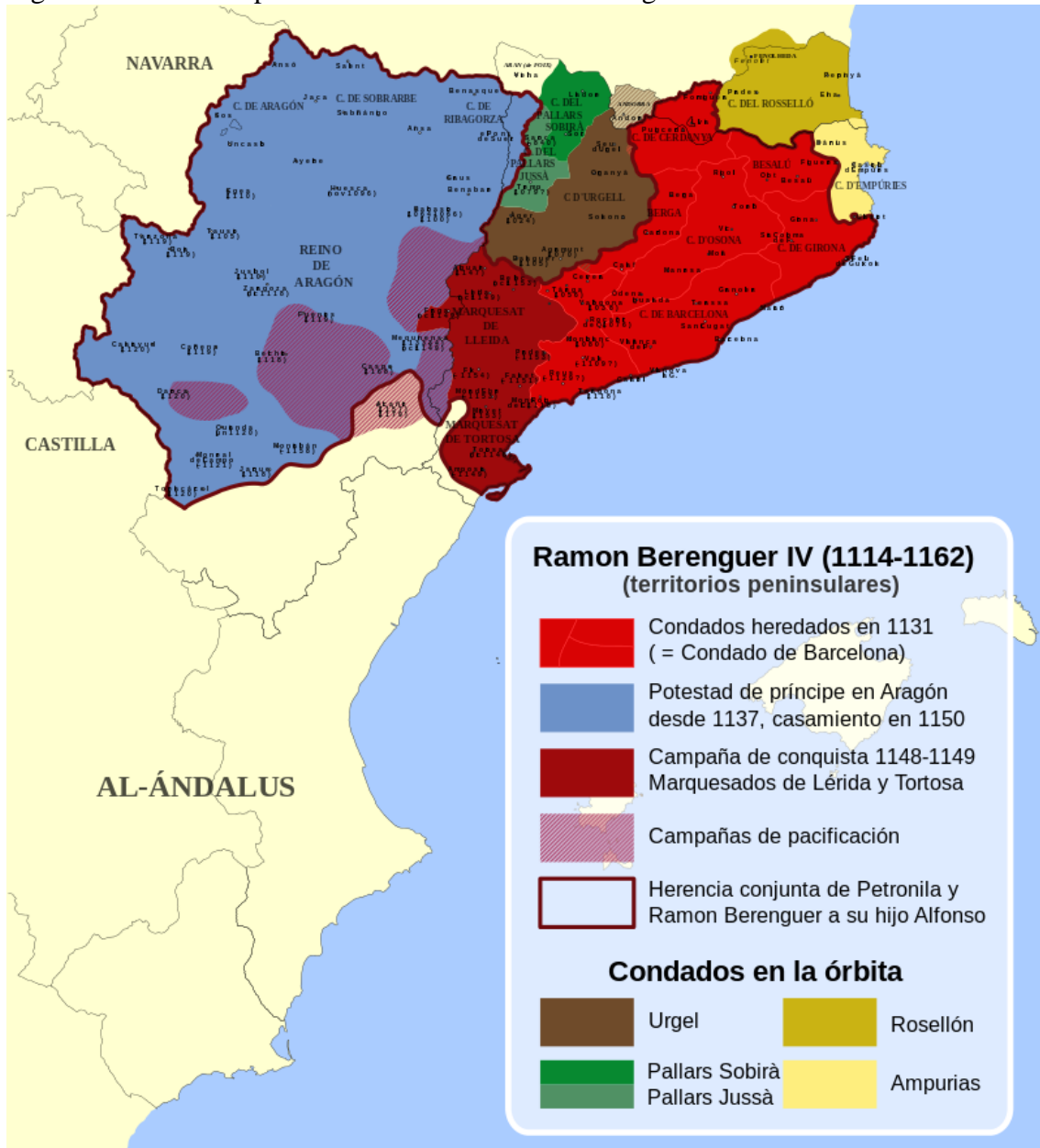
A História da *Catalunya* começa na Antiguidade, com os primeiros assentamentos dos humanos primitivos⁷. Gregos e Cartagineses foram os primeiros povos “civilizados” a ocupar a região, seguidos pelo Império Romano no seu auge. Com

⁷ Primitivos aqui se refere às espécies anteriores do *Homo sapiens*, e não de humanos culturalmente diferentes, e desde modo considerados inferiores pelos demais.

a queda deste, os Visigodos se apropriaram dos territórios e instauraram seu reino em boa parte da Península Ibérica. A invasão muçulmana coloca fim ao reinado visigótico. Contudo, no século VIII, por meio de uma reação dos Carolíngios, ou os Reis Francos, as atuais cidades de Girona e Barcelona são libertadas do jugo mouro, e desde modo surge o Condado de Barcelona.

Raimundo Berengário IV de Barcelona se casa com Petronila de Aragão em 1136, formando uma confederação com o Reino de Aragão. Raimundo IV torna-se Príncipe-Regente de Aragão, e mantém as instituições administrativas independentes entre o reino e o condado, agora passando a se chamar *Principat de Catalunya* (Principado da Catalunha). Com o intuito de expandir o território da Coroa, Raimundo IV conquista os Marquesados de Lérida e de Tortosa, os Reinos de Maiorca nas Ilhas Baleares, e de Valência – que permaneceu com sua própria corte –, a Sicília italiana, e as ilhas Minorca (Ilhas Baleares) e Sardenha (Itália).

Figura 5: Territórios peninsulares de Raimundo Berengário IV de Barcelona



Fonte: Wikipédia

O *Principat de Catalunya* desenvolveu um complexo sistema institucional e político, no qual as leis deveriam ser aprovadas pelas *Corts Catalanes* (Cortes Catalãs) e não serem feitas unilateralmente pelo Rei, tornando-se assim um dos primeiros órgãos parlamentares da Europa em 1283. Em pouco menos de 100 anos, em 1359, as Cortes estabelecem a *Generalitat*, consolidando o sistema constitucional catalão. Ao longo dos anos várias crises ocorreram na região, e a maior delas foi a conquista do Reino de Nápoles do território da Sicília ao sul da Península Itálica, em 1443.

Em 1469, com a união de Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, o *Principat de Catalunya* torna-se território controlado pelo Reino de Castela, entretanto, mantendo sua língua, moeda, cortes e leis. O conflito entre a *Catalunya* e o restante do reino espanhol se dá devido ao abuso dos militares e da investida na Guerra dos Trinta Anos contra a França. Esse conflito se inicia em 1640 com a Guerra dos Segadores, e vai até 1952, com a perda de Rossilhão para os franceses. Na Guerra de Sucessão Espanhola, a *Catalunya* apoiou o pretendente austríaco, o Arquiduque Carlos de Habsburgo. Com o Tratado de Utrecht de 1713, a região é deixada ao seu próprio destino. Filipe V de Espanha ascende ao trono e faz o Decreto da Nova Planta, que tira todo o governo próprio da *Catalunya*, ou seja, fecha as Cortes, a *Generalitat*, o *Consell de Cent* (Conselho dos Cem) e as demais instituições do autogoverno catalão.

As Guerras Napoleônicas e as Guerras Civis Carlistas, sendo a segunda combatida praticamente na *Catalunya*, ocorridas no século XIX afetaram a comunidade drasticamente. A primeira delas foi o Tratado de Fontainebleau assinado em 1807 entre Espanha e França, que autorizava o exército napoleônico de entrar na Espanha através da *Catalunya* para invadir o território português e reparti-lo entre França e Castela. Contudo o tratado saiu pela culatra, e a Espanha se viu invadida e subjugada por Napoleão. Com a Proclamação da Primeira República Espanhola, a *Catalunya* apoia o modelo federativo, mas não é bem vista aos olhos de Castela. É ainda no século XIX que a industrialização e a modernização começam na Espanha, especificamente na *Catalunya*, com as máquinas a vapor, a eletricidade, a indústria têxtil e de transportes, tornando-se a comunidade autônoma e a região mais rica do Reino de Espanha. No findar do século a bandeira independentista catalã – a *Senyera Estelada* – (Imagem 6 abaixo representa a bandeira: as cores azul e branca são inspiradas na Revolução Americana e Francesa) surge, devido a Guerra da Independência de Cuba em 1898, uma vez que os catalães são motivados a combater, sempre que possível, contra o domínio castelhano nas colônias ou territórios tutelados, e é nesse momento que o movimento catalão da *Renaixença* (Renascença ou Renascimento em português) ganha força em toda a região catalã.

Figura 6: A *Senyera Estelada*



Fonte: Wikipédia

A *Renaixença* foi o movimento restaurador da língua, literatura, história e cultura catalã, que “bebeu” do Romantismo que ocorria na Europa, bem como com vários outros movimentos nacionalistas, como os eslovenos, sérvios, e as unificações italianas e alemãs. O início do movimento foi através do poema *Oda a la Pàtria* publicada no jornal *El Vapor*, em 1833, de Bonaventura Carles Aribau, que exalta a língua catalã e a *Catalunya*. Assim, é reativada a política para projetar o país à independência.

A atuação política do catalanismo foi precedida pela *Renaixença* (Renascimento), movimento cultural influenciado pelo romantismo e pelo historicismo, que se baseou na revalorização da língua e culturas catalãs, na busca de sua singularidade e na luta contra a progressiva “castelhanização” da sociedade catalã desde 1714. Havia dois sentimentos difusos: o de ligação com a língua e com a terra, e o interesse pela paisagem da Catalunha (CARVALHO, 2016, 88-89).

Em 1914 é criada a *Mancomunitat*, uma união administrativa das 4 províncias catalãs: Barcelona, Lérida, Girona e Tarragona, sendo esse o primeiro organismo administrativo de *Catalunya* desde a Guerra de Sucessão Espanhola reconhecido pelo Estado espanhol. A *Mancomunitat* investiu na “reconstrução” da cultura e língua catalã através de investimentos na educação, meios de comunicação e de transporte, entre

outras infraestruturas essenciais. O mesmo só veio a acabar com a chegada de Primo de Rivera (1923-1930) no governo central espanhol.

Na Segunda República Espanhola (1931-1939), a *Catalunya* volta a ter sua autonomia reconhecida, proclamando até, unilateralmente, a República Catalã, não sendo aceita por Madri. A proclamação foi nos moldes do federalismo, não de fato uma independência do Governo Espanhol. É também em 1931 que é fundado o partido *Esquerra Republicana de Catalunya* (Esquerda Republicana da Catalunha), de ideologia federalista quando de sua criação, sendo atualmente de caráter independentista, nacionalista catalão, republicana e socialdemocrata, de acordo com o sítio online do partido. Foi feito um referendo para o novo Estatuto de Autonomia para a *Catalunya*, e este teve uma aprovação de 99% dos votos, e assim oficializava a língua catalã, reestabelecia o autogoverno catalão e o título de Nação, contudo não foi vista com bons olhos novamente pelo Governo central, que a denominou uma região autônoma. A *Generalitat de Catalunya* estava se concretizando (CARVALHO, 2016, p.93).

O início da Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939 e a ascendência ao poder de Francisco Franco foram os “xeque-mates” da *Catalunya*, que perdeu todo seu direito de autonomia, teve sua língua quase extinta e enorme repressão cultural. O ideário franquista era centralizar o Estado espanhol a qualquer custo. Contudo, a *Generalitat* continuou a existir no exílio até a morte de Franco (CARVALHO, 2016, p.98), ou seja, a *Generalitat* continuou a trabalhar, funcionar no exílio.

Com a morte de Francisco Franco em 1975, a *Catalunha* volta a ter seus direitos. E o Rei Juan Carlos I faz sua primeira viagem oficial à *Catalunya*, devido às tensões que a região poderia causar futuramente (CARVALHO, 2016, p.113). A Transição Democrática iniciou um

...processo de democratização que envolveu o reestabelecimento da *Generalitat* (1977), a proclamação da Constituição espanhola (1978), e do Estatuto de Autonomia da Catalunha (1979). Apesar da divergência sobre o grau de descentralização, havia consenso entre as forças políticas espanholas sobre a necessidade do equilíbrio entre a integração territorial e a concessão de autonomia cultural e política (CARVALHO, 2016, p.101).

As primeiras eleições do *Parlament de Catalunya* se dão em 1980, e Jordi Pujol assume a presidência da comunidade, terminando somente em 2003. Pujol defendia a

nação catalã e sua autonomia, como também defendia a unidade do Estado e o nacionalismo espanhol.

Em 2006 a *Catalunya* faz uma reforma política através do novo Estatuto de Autonomia, aprovada pelo *Parlament de Catalunya* em 2005, logo após pelo Congresso dos Deputados e Senado Espanhol, e por último um referendo 73,9% de votos a favor; as mudanças mais significativas era reconhecer o catalão como uma língua oficial e não mais co-oficial na *Catalunya*, reestruturar o sistema de financiamento sendo este mais justo e equitativo, além de mudar a titulação de região para nação (CARVALHO, 2016, p.138). Esse novo Estatuto era apoiado por Zapatero, Presidente de Espanha na época. Contudo, foram recebidos 7 recursos de inconstitucionalidade, a maioria pelo PP, chefiado por Rajoy. Essas modificações é o começo para o levante separatista e independentista que explode na *Catalunya* em 2010.

Em 10 de julho de 2010, manifestação popular em Barcelona sob o lema “Somos una nação, nós decidimos”, contou com a participação de centenas de milhares de catalães e ajudou a consolidar a narrativa nacionalista de que depois de muitos anos de tentativa, se “havam esgotado todas as vias para obter uma relação justa com o Estado espanhol” e de que a vontade dos catalães, democraticamente expressa no referendo, continuava a ser desconsiderada (CARVALHO, 2016, p.141).

Nos anos seguintes, Zapatero evitou entrar em conflito aberto com Artur Mas, então Presidente de *Generalitat*. A causa para as manifestações foi de fato a crise econômica e financeira que assolou o mundo no começo da década, e a redistribuição dos impostos catalães que não eram utilizados somente na comunidade, diferentemente do País Basco e da Comunidade Foral de Navarra.

As manifestações de grande impacto ocorridas entre 2012 e 2017 serão abordadas no capítulo seguinte, no qual serão feitas análises – sobre as manifestações e a questão independentista – de dois jornais: *El País* e *El Periódico*, ambos de Espanha, entretanto o primeiro é um jornal madrilenho, com características socialdemocratas e europeísta, e o segundo, catalão, com características catalanista e progressista. No tópico seguinte será feita uma análise mais aprofundada sobre o regionalismo, o nacionalismo e o independentismo catalão a partir da *Renaiença*.

2.3.2. Catalanismo e Independentismo Catalão

A *Renaixença* foi um movimento cultural que ocorreu em todos locais onde o catalão era falado, como mostrado anteriormente, e esse mesmo movimento foi o responsável pelo movimento político catalão surgido alguns anos depois, conhecido como *Catalanisme* (Catalanismo em português) ou Nacionalismo Catalão. O catalanismo é um movimento transversal estruturante tanto político quanto cultural – ou seja, é um movimento que aglutina todos os partidos políticos, sejam eles de esquerda, centro ou direita, bem como todos os cidadãos catalães –, que propõe o reconhecimento da personalidade política, histórica, cultural, linguística e nacional da *Catalunya*, e dos *Països Catalans*⁸ (Países Catalães). O movimento surge no começo do final do século XIX e até hoje possui forte influência na política catalã. Nos seus primórdios, o catalanismo era um movimento político que queria o republicanismo federal.

A partir da última década do século XIX, o nacionalismo catalão procurou elevar a identidade regional catalã à condição de nacional. Respalhado por setores da burguesia, o catalanismo passou a defender a Catalunha como nação em razão de sua singularidade, mas longe de promover a secessão, restringiu-se a demandar autonomia política e maior proteção espanhola à indústria catalã (CARVALHO, 2016, p.90).

A *Catalunya* já era a região mais industrializada da Espanha na época, e continua sendo até hoje, que só queria defender seus interesses. Contudo, o catalanismo não foi visto com bons olhos pelo resto da Espanha (CARVALHO, 2016, p.90). Nesse momento é criada a *Lliga Regionalista* em 1901, um partido político conservador totalmente catalão. Com a repressão castelhana, é criada em 1906 em Barcelona o movimento *Solidaritat Catalana*, que uniu todos os partidos catalães classificados como catalanistas e não catalanistas, com exceção dos partidos dinásticos e o Partido Radical, que fizeram com que o sistema catalão de partidos surgisse com força contra os partidos castelhanos. Entretanto, a *Solidaritat Catalana* terminou três anos depois (CARVALHO, 2016, p.91). Nos anos subsequentes, surgem a *Mancomunitat* e os primeiros direitos de autonomia.

Com a eleição regional de 2010 na *Catalunya*, Artur Mas é eleito Presidente da *Generalitat de Catalunya*. Artur não havia feito uma campanha voltada para a independência da *Catalunya*, e sim uma campanha com promessas de diminuição de

⁸ Países Catalães: termo que define as áreas de abrangência linguística, histórica e cultural catalã, que compreende os seguintes territórios: *Catalunya*, Comunidade Valenciana, Ilhas Baleares, Faixa de Poente (extremo leste de Aragão), Rossilhão (*Catalunya del Nord*) na França, Andorra, Carche (nordeste da Múrcia) e a cidade italiana de Algeiro, em Sardenha.

desemprego, redução do número de cargos de confiança, autogestão da infraestrutura catalã, a manutenção da imersão linguística em catalão nas escolas, entre outros. Artur não iria convocar plebiscitos por vontade própria, só se a população assim solicitasse. Somente em 2012 que Mas “mudou” de ideia afirmando que a *Catalunya* poderia, sim, ser um Estado independente (CARVALHO, 2012, p.134-135).

Uma corrente derivada do catalanismo é o *Independentisme Català* (Independentismo Catalão) que propõe a total independência da *Catalunya* e dos Países Catalães. O independentismo catalão sustenta o princípio de que a *Catalunya* é uma nação que precisa de um autogoverno, uma autogestão financeira, preservar sua cultura e língua, além dos direitos civis catalães e históricos, como decidir o modelo socioeconômico que adotará. Esse movimento é inspirado no republicanismo irlandês que se iniciou na primeira década do século XX. Atualmente existem 3 formações e representações parlamentárias no *Parlament de Catalunya* com ideais independentistas, são eles a *Esquerra Republicana de Catalunya*, *Junts per Catalunya* e *Candidatura d’Unitat Popular*.

Tendo a pesquisa como o foco de análise entre os anos de 2012 e 2017, primeiro por ser uma pesquisa com dois jornais diários, segundo por ser a partir de 2012 que as manifestações a favor da independência catalã se iniciam com repercussão global, não aprofundaremos os conflitos políticos ocorridos nos anos anteriores. E a identidade é o motor para as análises dos jornais.

Figura 7: Mapa representando os *Països Catalans* (Países Catalães)



Fonte: Wikipédia (2010) - Modificado

3. ANÁLISE DOS JORNAIS *EL PAÍS* E *EL PERIÓDICO*

Neste capítulo, abordaremos as reportagens e notícias veiculadas em dois jornais: *El País* e *El Periódico*, entre os anos de 2012 e 2017. Para tal, analisaremos as notícias e reportagens que repercutiram às manifestações independentista catalãs e sobre as questões nacionalistas e identitárias, observando como os jornais abordam a identidade catalã, e como a *Catalunya* é vista no contexto, seja na forma de nação, região, ou apenas como território espanhol. O jornal é fonte viva, uma vez que ele nos conta a história exatamente no momento em que aconteceu, com relatos instantâneos da época. Os jornais são uma narrativa da História, bem como formadores de opinião dos leitores, e que podem ajudar em manifestações políticas com o chamamento da população às ruas, bem como podem arruinar as mesmas.

As análises serão feitas na ordem cronológicas dos eventos, e optamos por começar em 11 de setembro de 2012, no dia da manifestação em Barcelona feita pelos catalães pró-separação. As análises irão até dezembro de 2017, visto que existem reportagens sobre a repercussão da declaração de independência e da República Catalã feitas pelo ex-presidente da *Generalitat*, Carles Puigdemont, bem como o ex-presidente mantém sua influência no autoexílio, se assim podemos falar. É importante salientar que poderá haver divergências entre as manchetes dos jornais e as reportagens usadas, uma vez que estas serão usadas no formato digital, e as primeiras, das capas dos mesmos. Bem como serão colocadas apenas as capas do *El País* por não termos acesso às capas do *El Periódico*, contudo as reportagens serão analisadas do mesmo dia, quando possível for.

O jornal diário *El País* foi fundado em 1976 no período da transição para a democracia, com o fim do Franquismo, e é o jornal espanhol com a maior circulação no país e no mundo, estando presente nas línguas castelhano, catalão, português, galego, euskara (língua basca) e inglês – em sua versão digital. O jornal tem sua sede em Madri, mas com escritórios em algumas cidades importantes do país, como Barcelona (*Catalunya*), Sevilha (Andaluzia), Valência (Comunidade Valenciana), Santiago de Compostela (Galiza) e Bilbao (País Basco); é um jornal com características europeísta, socialdemocrata e nacionalista⁹.

⁹ Europeísta: aquele (a) que tem afinidade com a Europa e suas características linguísticas, culturais, entre outros;

O jornal diário *El Periódico de Catalunya* foi fundado em 1978, no final da transição para a democracia. É o jornal catalão com maior venda na *Catalunya* e o segundo jornal catalão mais vendido da Espanha, ficando atrás apenas do *La Vanguardia*. O jornal é publicado em duas línguas: catalão e castelhano tem sua sede em Barcelona, e tem as características catalanista, não nacionalista, progressista e constitucionalista¹⁰. Atualmente recebe subsídios da *Generalitat de Catalunya*.

Ao analisarmos os jornais sobre o catalanismo ou nacionalismo catalão, percebemos que cada um “decidiu” publicar aquilo que queria, “respeitando”, se assim podemos dizer, suas características/diretrizes, como já citado anteriormente no presente trabalho. Compreendemos que a pesquisa não abarcou todos os jornais e/ou reportagens que abordaram o tema, visto que jornais diários produzem muito conteúdo midiático, e, desde modo, fazer uma análise do todo seria exaustivo. Assim, segue abaixo uma pequena tabela com o número de jornais utilizados para na pesquisa por ano de publicação. Deixamos claro que a tabela se refere aos jornais utilizados, e não às publicações, cujos números superam os abaixo.

Tabela 1: Jornais utilizados por ano

Jornais \ Ano	Ano						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
<i>El País</i>	9	8	7	7	3	5	39
<i>El Periódico</i>	5	9	5	6	4	7	36

Fonte: Próprio do autor

Socialdemocrata: ideologia política que apoia intervenções econômicas e sociais do Estado para promover justiça social dentro de um sistema capitalista;

Nacionalista: sentimento e atitude no qual uma nação tem uma identidade nacional.

¹⁰ Catalanista: movimento que reconhece a personalidade política e cultural da *Catalunya* ou dos *Països Catalanes*;

Não nacionalista: movimento que não reconhece que um Estado tem apenas uma identidade nacional;

Progressista: conjunto de doutrinas filosóficas, éticas e econômicas baseado na ideia de que o progresso entendido como avanço científico, tecnológico, econômico e social é vital para o aperfeiçoamento da condição humana;

Constitucionalista: movimento social, político e jurídico e até mesmo ideológico a partir do qual emergem as constituições nacionais.

3.1. *La Diada de l'Onze de Setembre* ou o Dia Nacional de *Catalunya* e os dias subsequentes

Barcelona ha vivido este martes una exhibición independentista sin precedentes, pacífica y sin un solo incidente. La manifestación de la Diada reunió a centenas de miles de personas procedentes de Cataluña. Fue una explosión secesionista, en la que participaron gentes de todas las edades y extracción social, que recorrieron el centro de Barcelona reivindicando la independencia¹¹ (*El País*, 11 de setembro de 2012).

O dia 11 de setembro é uma data comemorativa importante para os catalães porque foi nesse dia, em 1714, durante a Guerra de Sucessão Espanhola, que os catalães decidiram resistir até a morte no Cerco de Barcelona feito pelos soldados borbônicos. Desde então é lembrado como um símbolo de resistência do povo da *Catalunya* e recordado como o Dia Nacional da *Catalunya*. É deste modo que o grupo independentista *la Assemblée Nacional Catalana* (ANC) sob o lema de *Catalunya, nou estat d'Europa* – Catalunha, novo estado da Europa em português – decidiram que a independência da *Catalunya* era a única solução possível para a comunidade autônoma. Sendo este ano – 2012 – o primeiro em que a reivindicação pela independência catalã é pedida durante esse dia histórico para os catalães. O interessante é que na capa do dito jornal tem-se a foto dos manifestantes com a *Senyera Estelada*, a bandeira independentista catalã, mesmo o *El País* sendo nacionalista, mostrando a força que essa manifestação teve.

¹¹ Barcelona experimentou nesta terça-feira uma exibição independentista sem precedentes, pacífica e sem um único acidente. A manifestação da *Diada* reuniu centenas de milhares de pessoas procedentes da *Catalunya*. Foi uma explosão secesionista, em que participaram pessoas de todas as idades e classes sociais, que passaram pelo centro de Barcelona reivindicando a independência.

Figura 8: Capa do jornal *El País* do dia 12 de setembro de 2012.

www.elpais.com

EL PAÍS

EL PERIÓDICO GLOBAL EN ESPAÑOL

MÉRCOLES 12 DE SEPTIEMBRE DE 2012 | Año XXXVIII | Número 12.862 | EDICIÓN EUROPA

PRIMERA EDICIÓN



Miles de banderas independentistas catalanas recorrieron ayer las calles de Barcelona durante la manifestación con motivo de la fiesta del 11 de septiembre. /EMILIO MORENATI (AP)

El independentismo catalán logra una histórica exhibición de fuerza

- ▶ Cientos de miles toman el centro de Barcelona durante la Diada
- ▶ Rajoy pide prudencia y trabajo en común para rebajar la tensión

El Independentismo catalán hizo ayer, con motivo de la celebración del 11 de septiembre, una exhibición de fuerza sin precedentes. Bajo el lema *Cataluña, un nuevo Estado de Europa*, cientos de miles de personas tomaron las calles del centro de Barcelona en la manifestación más multitudinaria jamás convocada por un grupo independentista, en este caso la Asamblea Nacional Catalana. Nueve de los 11 consejeros de la Generalitat asistieron a la marcha, que concluyó en el Parlamento autónomo, donde los convocantes reclamaron al presidente Artur Mas que inicie la secesión.

La extensión de las expresiones independentistas en Cataluña preocupa mucho al Gobierno. El presidente Mariano Rajoy, que calificó de "algarabía" la protesta de Barcelona 24 horas antes de su celebración, fue ayer mucho más cuidadoso: "Es importante ser prudente. Cataluña tiene problemas importantes. Ahora es necesario que trabajemos juntos".

PÁGINAS 10 A 13
EDITORIAL EN LA PÁGINA 26

Fonte: El País (2012) (adaptado)

No jornal *El Periódico* as reportagens que falam sobre a manifestação vão além do que foi veiculado no El País, a começar pela ênfase ao falar que os atos comemorativos, como afirmam, iniciaram no dia anterior com a bandeira catalã estendida na fachada do *Parlament*. O jornal catalão não só traz a notícia sobre a manifestação, como também nos mostra o valor simbólico do dia 11 de setembro para os catalães. Além disso, trazem alguns “motivos”, se assim podemos falar, para que a manifestação tenha ocorrido, como a crise econômica, a crise política e jurídica sobre o Estatuto de Autonomia e os altos índices de desemprego, além de falar sobre os cortes orçamentários que a educação teve no começo do ano letivo. E dão um foco maior na

questão linguística da *Catalunya*, que é ela um dos estopins para a questão independentista catalã.

Figura 9: Capa do jornal *El País* do dia 13 de setembro de 2012.



Fonte: *El País* (2012) (adaptado)

Logo após as manifestações de 11 de setembro, o *El País* tem, nos dias subsequentes, em suas capas e como principais manchetes a questão da reivindicação independentista catalã e pacto fiscal entre a *Generalitat* e o Governo Central Espanhol. Sobre o pacto fiscal, o *El País* sempre foca na questão da ajuda econômica que o Governo Central enviou para a *Catalunya*, parecendo, desde modo, que a região é “ingrata” para com o seu auxiliador, chegando ao ponto de o jornal anunciar que a região irá se tornar independente. O *derecho a decidir* (direito de decidir), como ficou conhecida a campanha para os plebiscitos de independência, começam a ser citados pelas manchetes do *El País*. O *El Periódico* apresenta as reportagens de forma mais anemizada, não acusando o Governo Central nem defendendo a comunidade autônoma. É interessante notar que este jornal não possui muitas reportagens subsequentes ao Onze de setembro de 2012 e as manifestações ocorridas.

Após esses acontecimentos, os jornais não veiculam, ou evitam veicular notícias sobre a questão independentista catalã, e quando o fazem, como o *El País*, sempre coloca a *Catalunya* como um futuro país menosprezado e que não conseguirá se manter sozinho, e que não poderá fazer parte da União Europeia se tal independência ocorrer. Alguns líderes de Estado chegam a opinar sobre os eventos, sempre se mostrando a

favor da união espanhola, com exceções de países e/ou regiões historicamente com conflitos identitários, como a Escócia (Reino Unido). Optamos, desde modo, a dar um salto nas análises para a segunda grande manifestação ocorrida em Barcelona no dia 11 de setembro de 2013, que ficou reconhecida no mundo inteiro como a *Via Catalana*. Entretanto, abaixo encontra-se uma manchete sobre o possível plebiscito catalão a ser realizado em 2014, e que ocorreu, e que abordaremos mais à frente.

Figura 10: Capa do jornal *El País* do dia 28 de dezembro de 2012.



Fonte: El País (2012) (adaptado)

3.2. A *Via Catalana* cap la *Independència* de 11 de setembro de 2013 e suas repercussões

Una multitudinària cadena humana que ha unit aquest dimecres de nord a sud Catalunya reivindicant la **independència** ha marcat una Diada en què el president català, **Artur Mas**, ha apostat per “sorprendre el món” i “esprémer el diàleg” amb el Govern per convocar una **consulta pactada**¹² (*El Periódico*, 11 de setembro de 2013).

A *Via Catalana* cap la *Independència* de 2013 foi um evento com proporções mundiais. Pessoas de 116 cidades do mundo inteiro fizeram uma “via” de pessoas de mãos dadas para apoiar o dia nacional da *Catalunya* e, conseqüentemente, o futuro plebiscito/referendo de 2014, e que este não seja adiado novamente. Como o *El Periódico* noticiou, a manifestação foi elogiada e considerada um “sucesso” pelos

¹² Uma enorme cadeia humana que se uniu nesta quarta-feira de norte a sul da *Catalunya* reivindicando a independência que marcou um dia em que o presidente catalão, Artur Mas, apostou por “surpreender o mundo” e “apertar o diálogo” com o Governo para convocar uma consulta acordada.

grandes jornais mundiais, como o francês *Le Monde*, o britânico *The Guardian* e o estadunidense *The Wall Street Journal*. O jornal catalão ainda aborda, na mesma reportagem, o contexto histórico e como os líderes catalães falaram sobre o movimento, considerando-o um “sucesso sem precedentes” e que a convocação de Mas para um plebiscito é iminente. A Comissão Europeia foi neutra quanto ao movimento – seguindo seus tratados –, ou seja, não divulgou sua opinião em relação ao processo independentista, se ele vir a acontecer.

Figura 11: *Via Catalana* de 2013



Fonte: Nació Digital (2013)

Figura 12: *Via Catalana* de 2013 em Barcelona



Fonte: El Periódico (2013)

Dentre as reportagens do *El Periódico*, uma foi escrita com uma carga sentimental enorme, apresentando aos leitores, principalmente para aqueles que não estavam presentes, quão grande foi a emoção de ter presenciado a manifestação: mais de meio milhão pessoas, ou 1,6 milhões segundo a *Generalitat*, deram as mãos nos 480 quilômetros ao longo da costa catalã e da costa valenciana, esta última tendo o apoio da Guarda Civil. É interessante notar que o mesmo jornal também possui uma reportagem pequena sobre os políticos catalães que não apoiam a manifestação, e que fizeram um evento simbólico em outras localidades de Barcelona e demais capitais catalães, visando a unidade catalã, espanhola e europeia.

No hi ha forma d'aigualir la contundència de l'èxit de la Segona Diada Independentista. No podem saber si la independència é una aspiració del tot majoritària fins que es dugui a terme el recompte de vots de la consulta popular que reclama la majoria de catalans i les autoritats del Govern d'Espanya s'encaparren a negar. Els indicadors coincideixen a assenyalar que augmenta de forma constant el nombre dels que votarien a favor d'un Estat sobirà. La capacitat de mobilització de l'independentismo impressiona els mitjans de comunicació de més de mig món. Sense aquestes mobilitzacions, la possibilitat de la independència no estaria al primer pla. Tampoc la convocatòria d'una consulta. Amb la mateixa composició del Parlament i sense la demostració de força popular de l'any passat, superada àmpliament per la que es va demostrar dimecres, el calendari de la política es podria gronxar amb la parsimònia que convingués als dirigents¹³ (*El Periódico*, 14 de setembre de 2013).

A partir desse início de reportagem podemos perceber de fato a posição do *El Periódico* quanto à questão independentista, e ao longo da mesma critica o Governo Central Espanhol por influenciar as mídias madrilenas e pressionar constantemente a *Generalitat* e o *Parlament de Catalunya*, e acrescenta que o diálogo nunca deve ser fechado entre os governos. O diálogo sempre é uma solução para conflitos, em primeira instância. A reportagem continua com as três questões centrais dos movimentos:

La divisió, o la suposada divisió, que provoca el dret a decidir, segons els que hi estan en contra. La legitimitat de la voluntat popular com a fonament de l'ordenament jurídic i l'organització política, no a l'inrevés. I, tercer, l'actitud

¹³ Não há forma de igualar o vigor do sucesso da Segunda *Diada* Independentista. Não podemos saber se a independência é uma aspiração da maioria até que a contagem de votos da consulta popular que reclama a maioria dos catalães e as autoridades do Governo de Espanha se recusarão a negar. Os indicadores coincidem em apontar que aumenta de formar constante o nome daqueles que votariam a favor de um Estado Soberano. A capacidade de mobilização do independentismo impressiona a mídia de comunicação em mais da metade do mundo. Sem essas mobilizações, a possibilidade de independência não estaria na vanguarda. Tão pouco a convocatória de uma consulta. Com a mesma composição do parlamento e sem a demonstração de força popular do ano passado, superada em muito pelo que foi mostrado na quarta-feira, o calendário da política poderia balançar com a parcimônia que convinha aos líderes.

que convé mantenir em tot moment, de cordialitat, encara que no sigui recíproca¹⁴ (*El Periódico*, 14 de setembro de 2013).

O *El Periódico* também acrescenta os principais motivos para que a população catalã esteja nas ruas, porque “Hi há poderoses raons econòmiques i polítiques que porten la ciutadania a manifestar-se, el sentimento estès demaltractament fiscal per part del Govern central i la sensació de rebuig polític a tota iniciativa per aumentar l'autogovern, entre altres¹⁵” (*El Periódico*, 12 de setembro de 2013). O descaso do Governo Central para com a *Catalunya*, principalmente após a crise financeira mundial iniciada em 2008, e seus cortes orçamentários, maiores tributações, como impostos elevados e pedágios nas rodovias catalãs.

¹⁴ A divisão, ou a suposta divisão, que provoca o direito a decidir, segundo alguns que estão contra. A legitimidade da vontade popular com a base no sistema legal e na organização política, e não o contrário. E, terceiro, a atitude que deve ser mantida em todos os momentos, de cordialidade, mesmo que não seja recíproca.

¹⁵ Há poderosas razões econômicas e políticas que levam os cidadãos a manifestar-se, o sentimento estendido de abuso fiscal estendido pelo Governo central e a sensação de rejeição política a qualquer iniciativa para aumentar o autogoverno, entre outros.

Figura 13: Capa do jornal *El País* do dia 12 de setembro de 2013.



Fonte: El País (2013) (adaptado)

Na principal reportagem do *El País* sobre a *Via Catalana*, o jornal possui três subtítulos: a cadeia humana teve apoio massivo, o pedido do referendo para 2014 e que Mas não ceda ao Governo Central, e uma frase da presidenta da *Assembleia Nacional Catalana* (ANC) que os catalães querem um estado independente agora e não para 2016. Percebemos uma diferença em relação ao *El Periódico* no texto da reportagem e nos subtítulos porque naquele já deixa explícito o pedido de independência do Estado Catalão, enquanto nesse só é falado sobre um referendo e quais as possíveis causas dele.

Há que se destacar também a influência midiática que o *El País* possui na Espanha e no mundo, principalmente sobre esses assuntos. Em outra reportagem, o jornal faz uma análise sobre os partidos catalães e como eles começaram a se dividir

devido à questão independentista catalã, desde modo, ele influencia as pessoas afirmando de que a independência é ruim não só para a Espanha, mas como para a *Catalunya* também, como uma divisão maior dos partidos, até mesmo entre uma mesma orientação política, dividindo partidos de esquerda e direita. Até mesmo Mario Vargas Llosa, escritor peruano laureado, em um ensaio para o *El País*, afirmou que o nacionalismo catalão irá destruir a Espanha e que o povo deve combatê-lo em nome da liberdade, como ele mesmo diz: “¿Por qué semejante maraña de tonterías, lugares comunes, flagrantes mentiras puede llegar a constituir una verdad política y a persuadir a millones de personas? Porque casi nadie se ha tomado el trabajo de refutarla y mostrar su endeblez y falsedad. Porque los gobiernos españoles, de derecha o de izquierda, han mantenido ante el nacionalismo en extraño complejo de inferioridad¹⁶” (LLOSA, *EL PAÍS*, 21 de setembro de 2013).

Figura 14: Capa do jornal *El País* do dia 10 de setembro de 2013.



Fonte: El País (2013) (adaptado)

A manchete acima apresentada e a consequente reportagem nos mostram como o *El País* influencia as pessoas para que vejam a *Catalunya* como uma região que menospreza o Estado Espanhol, bem como sua cultura e língua, afirmando que os catalães são educados para depreciar a cultura espanhola. O estopim para essas

¹⁶ Por que um emaranhado de tolices, lugares comuns, mentiras flagrantes pode vir a constituir uma verdade política e persuadir milhões de pessoas? Porque quase ninguém se deu ao trabalho de refutar e mostrar sua fraqueza e falsidade. Porque os governos espanhóis, de direita ou de esquerda, mantiveram ante o nacionalismo em estranho complexo de inferioridade.

afirmações, segundo a notícia, é que a *Generalitat* começou a cobrar impostos “fora da jurisdição” espanhola, ou seja, cobra impostos e não repassa ao Governo Central Espanhol, e que novas leis educacionais e de audiovisual privilegiam a língua e cultura catalã, e não as castelhanas. E no findar do ano de 2013 o *El País* publica uma reportagem com o “desafio” que Artur Mas enfrentará se decidir levar seu referendo a frente, marcado para o dia 09 de novembro de 2014; assim como publica outra reportagem na qual Bruxelas, cidade-sede da União Europeia avisa que se a *Catalunya* se tornar independente, o novo país não terá lugar na União Europeia, formando e amedrontando a população catalã a não levar em frente o processo de referendo e possível independência.

3.3. O Referendum 9-N ou Referendo sobre a Independência da Catalunya de 09 de novembro de 2014

Em um “acordo” feito para e durante a reeleição de Artur Mas para a *Generalitat de Catalunya*, o referendo era um dos pontos principais, ainda em 2012. Em 2013, com a *Via Catalana*, a população pede pelo referendo para 2014. No dia nacional da *Catalunya*, em 11 de setembro, a população mais uma vez vai às ruas pedindo pelo referendo e como forma de manifestação, organizado pela ANC, a forma de V é formado no centro de Barcelona por mais de 11 quilômetros, representando a “*voluntad de votar*”. Como uma forma de desmoralizar o referendo, o *El País* publica uma reportagem afirmando que processo é inconstitucional, diferentemente do escocês, realizado no mesmo ano, e que até mesmo a líder separatista da Escócia rechaça o processo dizendo ser ilegal. Ao longo do ano de 2014, o *El País* publica reportagens nas quais sempre desprezam e minimizam todo o referendo, dizendo ser ilegal e inconstitucional e que Rajoy, Presidente da Espanha, tentará a todo custo impedir o referendo catalão.

Com todo o turbilhão de desavenças entre o Governo Central e a *Generalitat de Catalunya*, o *Parlament de Catalunya* aprova uma lei para tornar legal a consulta para a independência, iniciando, desde modo, um processo legal de referendo. Contudo, o Governo Central Espanhol não aceitou, nem o Tribunal Constitucional, afirmando, novamente, que tudo é ilegal.

Figura 15: Capa do jornal *El País* do dia 30 de setembro de 2014.

EL PAÍS

www.elpais.com EL PERIÓDICO GLOBAL

MARTES 30 DE SEPTIEMBRE DE 2014 | Año XXXIX | Número 13.604 | EDICIÓN NACIONAL | Precio: 1,30 euros

RESPUESTA AL DESAFÍO SECESIONISTA

El Constitucional suspende la consulta y desmonta el plan de Mas

Los magistrados paralizan por unanimidad los actos derivados de la ley recurrida

Rajoy exige al 'president' que acate el fallo como requisito para negociar

La Generalitat responde que la anulación es un "error de consecuencias mayúsculas"

Grupos independentistas convocan manifestaciones a favor del referéndum

Por unanimidad, los 12 magistrados del Tribunal Constitucional admitieron ayer a trámite el recurso presentado horas antes por el Gobierno de Mariano Rajoy contra la consulta de independencia que Artur Mas convocó en Cataluña el sábado. La suspensión fue inmediata y afecta tanto a la ley de consultas como al decreto que llama a las urnas el 9 de noviembre.

Tras celebrar un Consejo de Ministros de urgencia para aprobar los recursos, el presidente Rajoy compareció ante la ciudadanía para proclamar que "no es admisible contraponer democracia a ley porque sin ley no hay democracia". En respuesta, Artur Mas criticó al Gobierno por "hostil", y su portavoz, Francesc Homs, aseguró que Rajoy "ha cometido un error de consecuencias mayúsculas". Las agrupaciones civiles soberanistas ya han convocado manifestaciones de protesta contra la decisión adoptada por el alto tribunal. **PÁGINAS 10 A 14**



El presidente del Gobierno, Mariano Rajoy, en su declaración institucional de ayer. / SAMUEL SÁNCHEZ

Fonte: El País (2014) (adaptado)

Em sua edição de 09 de novembro de 2014, o *El País* mais uma vez desacredita a população afirmando que o referendo de Mas é inútil e que carece de garantias, levando o Governo Central a usar os *Mossos d'Esquadra* – a polícia catalã – para intervir no dia do referendo. Além de, novamente, menosprezar o processo afirmando que não pode ser considerado uma “eleição” se qualquer papel vale para a votação, em vez de um oficial.

Figura 16: Capa do jornal *El País* do dia 09 de novembro de 2014.

EL PAÍS

www.elpais.com EL PERIÓDICO GLOBAL

DOMINGO 9 DE NOVIEMBRE DE 2014 | Año XXXIX | Número 13.644 | EDICIÓN NACIONAL | Precio: 2,50 euros

Cataluña celebra un 9-N inútil para definir su encaje en España

La consulta de Mas carece de garantías ● Se espera una afluencia masiva de los soberanistas ● La fiscalía estudia si se incumple la ley

Los catalanes están hoy convocados a una consulta sobre la independencia sin cobertura legal —tras ser anulada por el Tribunal Constitucional—, sin el valor político que los organizadores quisieron darle en un principio y sin garantías ni mecanismos de control. Y, además, vigilada de cerca por la Fiscalía de Cataluña que, a instancias de la Fiscalía General del Estado, ha abierto diligencias para determinar si la cesión de lugares públicos (centros educativos u oficinas de la Administración) para la votación constituye algún delito. Al margen de la participación, que se prevé numerosa ante la movilización de los grupos soberanistas, todas las incógnitas están abiertas sobre lo que ocurrirá el día después. Artur Mas ha condicionado el adelanto electoral al éxito del 9-N y a la respuesta de Mariano Rajoy, que ayer desestimó el valor de la consulta. Las negociaciones que han tenido lugar en los últimos meses entre el Gobierno, la Generalitat y el PSOE han sembrado la inquietud en Esquerra, que teme que Mas pueda apearse de la ola independentista. **PÁGINAS 14 A 18**



ALBERT GARCIA

Preparativos de una votación atípica

Miles de voluntarios se desplegaron ayer en Cataluña (en la imagen, en la escuela Barrufet de Barcelona) para preparar "el proceso participativo" del 9-N. No hay censo y vale cualquier papeleta.

La Generalitat ha habilitado 1.317 puntos de voto. La fiscalía pidió ayer a los Mossos d'Esquadra una relación de locales y colegios públicos que se abran hoy y de las personas a cargo de ellos.

EDITORIAL
Del 9-N al 10-N
PÁGINA 38

Fonte: El País (2014) (adaptado)

Diferentemente do *El País*, o *El Periódico* dá outro viés para o dia nacional da *Catalunya*, mostrando as celebrações do tricentenário da perda de sua independência, homenageando os soldados que foram até o fim protegendo Barcelona do cerco borbônico. Em sua reportagem do dia 11 de setembro de 2014, o jornal começa da seguinte maneira:

Amb la confecció de la V de la Via Catalana com a eix fonamental, Catalunya afronta ayui la seva Diada 2014. La més transcendental, perquè és la del tricentenari. Però també la més raquítica pel que fa a activitats lúdiques, perquè gran part de la seva traca festiva la va malgastar ahir amb la *Nit blanca*, que va omplir Ciutat Vella d'espectacles gratuïts. El programa de jornada é més petit, però conserva l'esquelet habitual i aporta alguna novetat¹⁷ (*El Periódico*, 11 de setembro de 2014).

¹⁷ Com a elaboração do V da *Via Catalana* como o eixo fundamental, a *Catalunya* enfrenta aqui sua *Diada* de 2014. O mais transcendental, porque é a do tricentenário. Mas também o mais frágil em termos

O jornal também possui reportagens que falam sobre a relação de Mas com o Governo Central, e como ambos podem trabalhar juntos com o referendo, o que o *El País* não fez. Mas busca, após o referendo, tentar acordos também com os partidos catalães que são contra a independência, como o PP. Contudo, em uma reportagem do dia seguinte as “eleições”, Rajoy rejeitou todo e qualquer acordo que Mas propôs entre a *Catalunya* e o Governo Central, e aponta que o único “caminho legal” para solucionar os problemas entre ambos os governos é uma reforma constitucional, que não ocorreu. Percebemos ao buscar reportagens no jornal *El Periódico* sobre o *Referendum 9-N* que não existem muitas reportagens sobre o mesmo, talvez por ser um jornal mais local e de médio porte, e suas reportagens no sítio da internet serem falhas, ou seja, com falta de conteúdo em relação ao que sai impresso.

Mesmo após o referendo e a população que votou tendo escolhido que a *Catalunya* seja um Estado independente, a declaração de independência nunca foi feita, diferentemente da que ocorreu em 2017, que falaremos posteriormente. O Governo Central conseguiu com que o referendo de 2014 não seguisse além das palavras.

3.4. A *Via Lliure a la República Catalana* de 11 de setembro de 2015 e os dias subsequentes

L'independentisme ha tornat a exhibir la seva força en la Diada. La massiva concentració de la *Via Lliure*, celebrada aquest any en plena campanya electoral del 27-S, ha abarrotat la Meridiana i els seus accessos i ha donat una nova imatge de la potència del soberanisme a Catalunya. Els organitzadors han xifrat en dos milions de persones els assistents a la marxa¹⁸ (*El Periódico*, 11 de setembro de 2015).

O Dia Nacional da *Catalunya* em 2015 foi pelo quarto ano consecutivo um sucesso, como também foi um tanto quanto diferente dos anteriores analisados. Primeiro pelo tipo de manifestação que ocorreu no centro de Barcelona: em torno de dois milhões de pessoas formaram uma “grande seta” com mais de 5 quilômetros de extensão cuja ponta se direcionava para o *Parlament de Catalunya* e reivindicavam, novamente, a

de atividades festivas, porque a maior parte das festividades desperdiçou ontem com a Noite Branca, que encheu a Cidade Velha de shows gratuitos. O programa do dia é menor, mas mantém o esqueleto usual e fornece alguma novidade.

¹⁸ A independência tornou a exibir sua força na *Diada*. A concentração maciça da *Via Lliure*, celebrada este ano em plena campanha eleitoral do 27-S, englobou a Meridiana e seus accessos e deu uma nova imagem do potencial de soberania na *Catalunya*. Os organizadores cifraram dois milhões de pessoas que participaram da marcha.

independência, mostrando que sim, a *Catalunya* poderia vir a ser um Estado independente e que poderia gerir a si mesmo. Segundo porque em 2015 também foi um ano eleitoral para a região, e que possuiu uma influência muito grande nas manifestações, além de ser o primeiro dia das campanhas eleitorais na *Catalunya*. Deste modo, partidos políticos catalães e coligações pró-independência tiveram um papel ativo nas manifestações, mostrando que o executivo e o legislativo estão juntos com a população para a formação de um novo Estado independente.

A manifestação foi organizada pela plataforma “Agora é a hora” e a “grande seta” também serviu para reivindicar os dez eixos básicos para uma futura República Catalã, sendo elas a democracia, o equilíbrio territorial, a solidariedade, a abertura no mundo, a diversidade, a sustentabilidade, a justiça social, o bem-estar social, a inovação, e a cultura e a educação, sendo representada pelas cores amarelo, azul escuro, vermelho, azul claro, verde claro, verde escuro, lilás, marrom, roxo e laranja, respectivamente. A *Via Lliure* teve réplicas de apoio no mundo todo. Segue abaixo no mapa a representação da “grande seta” e as cores definidas nas sessões.

Figura 17: Representação da *Via Lliure a la República Catalana*.



Fonte: VilaWeb (2015)

Essa manifestação atravessou os bairros mais pobres de Barcelona, mostrando que todos os catalães, sem distinções, têm o direito de decidir pela sua independência, como mostrou o *El Periódico*. Por ter um caráter também político, a intenção da manifestação foi convocar o máximo possível de pessoas para votarem nas eleições

regionais para superar os índices de votos para os políticos e partidos independentistas. E a ajuda da mídia, televisão e internet, principalmente, foram importantes para a visibilidade do evento.

Quanto ao *El País*, novamente vemos várias reportagens sobre a *Catalunya* sob uma perspectiva pejorativa e sem futuro, se assim podemos dizer. A começar por uma reportagem na qual o jornal afirma que a região sairia de todos os blocos das quais a Espanha faz parte imediatamente após a declaração de independência, dando uma ênfase para a União Europeia, bem como traz que todos os bancos sairiam de Barcelona se a região se tornasse independente. Além disso, afirma que a *Catalunya* está fraturada social e politicamente, o que dificulta um processo independentista de fato.

Figura 18: Capa do jornal *El País* de 17 de setembro de 2015.



Fonte: *El País* (2015) (adaptado)

O *El País* aborda a questão identitária em uma reportagem, afirmando que, segundo um filósofo – Emilio Lledó – “a identidade não é algo de caráter coletivo, mas individual”. A identidade começa no individual, mas o coletivo também possui influência e influencia as identidades individuais, modificando-as, transformando-as. O jornal insiste durante a reportagem inteira, afirmando que Espanha e *Catalunya* perderiam culturalmente muito com a secessão. Mas se pensarmos bem, a *Catalunya* poderia exercer sua cultura sem nenhuma outra sobrepujando-a constantemente, como o Governo Central faz, e como a própria História já nos mostrou. Entretanto, o que chama a atenção essa reportagem é que as pessoas que o jornal entrevistou ou recolheu

comentários sobre são todas nascidas fora da *Catalunya*, ou seja, não vivenciam a cultura catalã, não foram educados pela e com a cultural catalã. A título de interesse, a reportagem tem o título de “*La cultura, ante el secesionismo*”. Fora isso, em outra reportagem, o jornal, em conjunto com alguns partidos catalães, faz uma campanha para uma “maioria silenciosa”, ou seja, aqueles que são contra a independência catalã irem votar do dia 27 de setembro, para que os pró-independência não consigam cumprir seu objetivo.

A seguir encontra-se a capa na íntegra do jornal *El País* no dia seguinte às eleições regionais para o *Parlament de Catalunya*. Em sua reportagem principal, o jornal explicita como foram os votos e quais as consequências, e começa a mesma do seguinte modo:

El independentismo catalán vio cumplido este domingo su objetivo de ganar claramente las elecciones en Cataluña al lograr Junts pel Sí y la CUP la mayoría absoluta del Parlamento autónomo. Pero los dos partidos no lograron rebasar el 50% de los votos, lo que puede dar alas al Gobierno para frenar el plan secesionista que ha liderado el presidente catalán, Artur Mas. Ciudadanos, segunda fuerza, destronó al PSC y al PP como principales formaciones no independentistas de Cataluña¹⁹ (*El País*, 28 de setembro de 2015).

Desde modo, o governo de Mas conseguiu a maioria absoluta no *Parlament*, mas não conseguiu os votos necessários para continuar com o processo independentista. Além de que seu partido é o único que o apoiará nas eleições do executivo, o que o levará a negociar com outros partidos para que o apoiem, o que não conseguiu realizar, visto que Mas saiu da *Generalitat* e foi sucedido por Carles Puigdemont no ano seguinte.

Com as dificuldades de governar, Mas apela para declarar a independência catalã em conjunto com o *Parlament*. O *El País* chama esse movimento de golpe de estado pelos governantes catalães, piorando ainda mais a governança na região. Os partidos contra a declaração unilateral de independência e o Governo Central reagem com negociações para que não haja a declaração, e o jornal novamente mostra que a maioria dos catalães são contra a independência, mesmo que os plebiscitos são todos a favor. Assim, Artur Mas é convocado à Justiça para esclarecimentos, fazendo com que

¹⁹ O independentismo catalão viu cumprido este domingo seu objetivo de ganhar claramente as eleições na *Catalunya* para alcançar *Junts per Sí* e *CUP* a maioria absoluta no Parlamento autónomo. Mas os dois partidos não conseguiram ultrapassar os 50% dos votos, o que pode dar asas ao Governo para impedir o plano secessionista que é liderado pelo presidente catalão, Artur Mas. *Ciudadanos*, a segunda força, destronaram o *PSC* e o *PP* como as principais formações não independentistas da *Catalunya*.

ele perca ainda mais credibilidade junto ao executivo e legislativo, e que seu projeto sucumba antes das novas eleições.

Figura 19: Capa do jornal *El País* de 28 de setembro de 2015.

EL PAÍS

EL PERIÓDICO GLOBAL

www.elpais.com

LUNES 28 DE SEPTIEMBRE DE 2015 | Año XL | Número 13.965 | EDICIÓN NACIONAL | Precio: 1,40 euros

MAYORÍA DE ESCAÑOS PERO NO DE VOTOS DE LAS FUERZAS SOBERANISTAS

Los independentistas ganan las elecciones y pierden su plebiscito

Los partidos que quieren separarse de España —Junts pel Sí y CUP— obtienen 72 escaños y quedan a más de dos puntos del 50% de los votos, con una participación histórica en Cataluña

MIQUEL NOGUER, Barcelona
Las candidaturas que se presentaron a las elecciones autonómicas catalanas de ayer con el único programa de declarar la independencia de España de forma unilateral obtuvieron la mayoría de escaños, pero quedaron a más de dos puntos de una victoria en votos que les permitiera defender que han ganado el plebiscito en el que querían convertir los comicios. Junts pel Sí, la lista del presidente en funciones, Artur Mas, obtuvo 62 escaños. La CUP, partido de izquierda radical, logró 10. Entre los dos, sin embargo, no llegan al 48% de votos. Ambos han avanzado su intención de declarar la secesión de España si creen que han conseguido los apoyos suficientes para su plan, pero no han aclarado cuáles son los parámetros a los que se atienen.

El resto de las fuerzas políticas, que abogan por la permanencia de Cataluña en España, sumaron una clara mayoría de votos en las que son las elecciones autonómicas catalanas con la mayor participación. Votó un 77,46% del censo, frente al 67,76% de 2012. **PÁGINAS 16 A 28**

PARLAMENTO DE CATALUÑA
Número de diputados
Escrutado: 97,86%

Partido	Escaños	Votos	% votos
Junts pel Sí	62	1.594.074	39,66
Ciutadans	25	719.547	17,90
PSC	16	510.459	12,70
CSP	11	357.549	8,90
PP	11	340.675	8,48
CUP	10	329.894	8,21

Participación: 77,46%

Partido	% de voto
Junts pel Sí	39,66%
CUP	8,21%
Independientistas	47,8%
No independentista	51,6%

Otros
Unió PP
CSP
PSC
C's
CUP
JPS

Mas, entre Romeva (izquierda) y Junqueras, se dirige a los simpatizantes de Junts pel Sí al final de la jornada electoral. / DAVID RAMOS (GETTY)

EDITORIAL
Derrota y victoria
PÁGINA 12

OPINIÓN
Españoles, a las urnas cuanto antes
Juan Luis Cebrán
PÁGINA 13

Mas tendrá que pactar para conservar la presidencia
MAIOL ROGER, Barcelona
El presidente de Cataluña en funciones, Artur Mas, deberá pactar para conservar su cargo después de que su candidatura, Junts pel Sí, quedara a seis escaños de la mayoría absoluta (68 diputados). Si mantiene su plan secesionista, su único socio posible es la CUP, con 10 escaños, que se resiste a apoyar su investidura. **PÁGINA 17**

Ciutadans queda segundo y se robustece para España
JUAN JOSÉ MATEO, Barcelona
De sexta a segunda fuerza política, Ciutadans sentó ayer unos sólidos cimientos para su líder nacional, Albert Rivera, ante las elecciones generales previstas para finales de año. El partido crece, sobre todo a costa del PP, y, con sus 25 escaños, queda como líder del bloque que se opone a la vía independentista. **PÁGINA 18**

Los socialistas mejoran sus expectativas y el PP se hunde
P. RÍOS / I. VALLESPÍN, Barcelona
Miquel Iceta logró ayer un sólido resultado para el PSC que pocos hubieran previsto hace solo unos meses. Los socialistas quedan como tercera fuerza en el Parlamento catalán, con 16 escaños. El peor resultado lo obtuvo el PP, que a pesar de la implicación del Gobierno central en la campaña perdió ocho diputados. **PÁGINAS 20 Y 21**

4 AÑOS DE PRISIÓN POR TENER SOFTWARE ILEGAL

¿SIGUE PENSANDO QUE ES GRATIS?

NUEVO CÓDIGO PENAL

Hable con el responsable de informática de su empresa
Consulte con su Proveedor de Información e informes de cómo evitar penas de multa y prisión por...

900 834 947
www.leysoftware.net

BSA The Software Alliance

3.5. A *Diada de l'Onze de Setembre* de 2016 – breve contexto

Diferentemente dos anos anteriores, a *Diada* não foi tão grandiosa quanto as anteriores. O número de manifestantes foi inferior aos dos anos anteriores, mas o caráter separatista da manifestação continuou o mesmo. É por esse motivo que optamos por fazer um breve apanhado dos acontecimentos em 2016, uma vez que as forças das questões independentistas estavam pequenas, seja pelo novo governo formado por Puigdemont, seja pelas “barreiras” cada vez mais impostas pelo Governo Central Espanhol.

Segundo o jornal *El Periódico*, a *Generalitat de Catalunya* e a ANC estão confiantes perante as manifestações do dia 11 de setembro, dia esse também a ser levado em conta, porque é o aniversário de 40 anos desde o final do Franquismo que o povo catalão pode exercer sua autonomia e cultura. As manifestações esse ano foram feitas em 5 locais diferentes em toda a *Catalunya*. E novamente usaram o lema “*Derecho a decidir*”. Puigdemont aparece constantemente nas reportagens do *El Periódico*, sempre com uma “boa visão”, ou seja, sempre tentando resolver o conflito entre a *Generalitat* e o Governo Central e achar uma melhor forma para um plebiscito/referendo que seja acordado entre ambos.

Já no *El País*, Puigdemont é sempre visto como o “homem mau” da *Catalunya*, tentando a todo custo impor o referendo e pressionando Rajoy para que o diálogo sobre seja mais aberto e claro. O jornal não possui muitas reportagens disponíveis em versão digital sobre os acontecimentos de 2016, o que ocasionou que esse subtópico ficou um tanto quanto incompleto.

3.6. O Referendo sobre a Independência Catalã de 01 de outubro de 2017 e a Declaração de Independência da *Catalunya* em 10 de outubro de 2017

Una vegada més, i en són sis des que el 2012 es va donar el tret de sortida de les diades independentistes, el centre de Barcelona va estar a yessar amb més d'un milió de persones, segons la Guàrdia Urbana e els organitzadors – l'ANC, Òmnium i l' Associació de Municipis per la Independència –, mentre que la Delegació del Govern va rebaixar la xifra a 350.000. Quand falten vint dies mal comptats per la referèndum unilateral convocat pel Govern català,

l'independentisme mostra la seva indestructible voluntat i decisió de votar el futur de Catalunya l'1-O²⁰ (*El Periódico*, 11 de setembro de 2017).

Não há como negar que o ano de 2017 foi turbulento para a política espanhola, especialmente na política regional da *Catalunya* com o Governo Central Espanhol. Quanto ao *El Periódico*, uma reportagem apresenta uma pergunta de Puigdemont, Presidente da *Generalitat*: “O que mais devemos fazer para que se entenda que as pessoas querem votar? ”, feita durante as manifestações da *Diada*. Segundo o jornal, o povo catalão roga por um referendo e que o mesmo tenha os efeitos esperados: a independência se assim a população votar a favor, e não ficar somente nas palavras. Desde modo, a ANC propôs proclamar a independência se o referendo for evitado ou a autonomia cortada. Os catalães estão cansados desse *loop* no processo: tem-se o referendo, a população que votou aprovou a independência, mas nunca ultrapassa os votos de fato. Nunca vão para a realidade e se tornam um Estado.

Depois do dia 11 de setembro de 2017 com manifestações menores por toda a *Catalunya*, vem o 01 de outubro, o dia do referendo para a independência. O *El Periódico* traz uma reportagem sobre os abusos de força policial no dia do referendo para desbancar a “ilegalidade”, segundo o Governo Central, com fotos de diversos civis sendo agredidos pelos policiais, o que não foi mostrado pelo *El País*.

Cops de porra, sang, udols, dolor, impotència, ràbia... Ciutadans pacífics apallissats, arrossegats, bastonejats, centenars de ferts i contusionats, alguns de gravetat, com l'home intervingut d'urgència per l'impacte d'un projectil de goma a la cara. Són ciutadans pacífics, no professionals de la guerrilla urbana, que miraven d'exercir un dret, el de vot, que el Govern independentista els ha promès de forma tramposa, sense fonament jurídic o contra el fonament jurídic, però als quals en qualsevol cas assisteix el dret a la llibertat d'expressió i de manifestació pacífica²¹ (*El Periódico*, 01 de outubro de 2017).

²⁰ Mais uma vez, e são seis desde 2012 com os inícios das *Diadas* independentistas, o centro de Barcelona foi para as ruas com mais de um milhão de pessoas, segundo a Guarda Urbana e os organizadores – a *ANC*, *Òmnium* e a Associação de Municípios para a Independência –, enquanto a Delegação do Governo reduziu o número para 350.000. Quando faltarem vinte dias para o referendo unilateral convocado pelo Governo catalão, o independentismo mostra sua indestrutível vontade e decisão de votar no futuro da *Catalunya* em 1-O.

²¹ Golpes de porrete, sangue, choros, dores, impotência, raiva... Cidadãos pacíficos atordoados, arrastados, bastonejados, centenas de feridos e com contorções, alguns com gravidade, como o homem que interveio com urgência devido a um impacto de um projétil de borracha no rosto. São cidadãos pacíficos, e não profissionais da guerrilha urbana, que procuraram exercer um direito, o voto, que o Governo independentista lhes prometeu de forma fraudulenta, sem base jurídica ou contra a base legal, mas que, em qualquer caso, participa no direito à liberdade de expressão e de manifestação pacífica.

Essa demonstração de violência feita pelo Governo Central aos catalães que foram votar só mostra que Rajoy tem medo da população catalã, e faz com que perca credibilidade para com todas as demais regiões autônomas de Espanha. Além disso, o referendo ganhou ainda mais visibilidade em todo o mundo. Seria essa demonstração de violência uma forma de perceber que o referendo deve ser legitimado? A democracia espanhola ameaça ruir sobre si mesma.

No que tange o referendo e dias subsequentes, o *El Periódico* fala que a população tem sim o direito de decidir sobre seu futuro, mesmo que para isso seja utilizada por meios “ilegais” aos olhos do Governo Central Espanhol, e também coloca o que a nova República Catalã teria que mudar, como os passaportes, a naturalidade, os títulos de eleitor, entre outros documentos de seus cidadãos. Também fala como Rajoy saiu triunfante e como foi rápido em acatar o artigo 155 da Constituição Espanhola que diz que

Si una Comunidad Autónoma no cumpliere las obligaciones que la Constitución u otras leyes le impongan, o actuare de forma que atente gravemente al interés general de España, el Gobierno, previo requerimiento al Presidente de la Comunidad Autónoma y, en el caso de no ser atendido, con la aprobación por mayoría absoluta del Senado, podrá adoptar las medidas necesarias para obligar a aquélla al cumplimiento forzoso de dichas obligaciones o para la protección del mencionado interés general²² (ESPAÑA, 1978).

Já o jornal *El País* traz uma série de reportagem desmerecendo o referendo, além de mencionar que o governo catalão tenta impor o referendo no parlamento, acusando de provocar desordem na democracia. Também afirma que a maioria dos catalães vêem o referendo como algo ilegal e/ou desacreditado, e diz aos seus leitores que não votem nesse referendo.

Na capa a seguir do *El País* (figura 10), temos a manchete que diz que esta *Diada* é a da divisão. Na reportagem que se segue o jornal afirma que essa foi a menor *Diada* desde 2012 e que está muito dividida entre independentistas e não-independentistas. Como também alega que essa manifestação é apenas dos “ilegais”, ou seja, daqueles que apoiam o referendo. Em outra reportagem, o jornal afirma que a

²² Se uma Comunidade Autónoma não cumprir as obrigações impostas pela Constituição ou outras leis, ou agir de forma que ameace gravemente o interesse geral de Espanha, o Governo, com prévio requerimento ao Presidente da Comunidade Autónoma e, no caso de não ser atendido, com a aprovação da maioria absoluta do Senado, poderá adotar as medidas necessárias para obrigar a primeira o cumprimento forçoso das ditas obrigações ou para a proteção do mencionado interesse geral.

Generalitat lança a população catalã contra o Governo Central, ao mesmo tempo acrescenta que a primeira vai sim desobedecer ao último para que o referendo seja feito.

O ponto máximo do *El País* é afirmar que o *Parlament de Catalunya* fez um golpe de estado ou golpe à democracia, há uma rebelião na *Catalunya* que deve ser extinta a qualquer custo. E a capa do dia 28 de setembro de 2017 traz uma charge onde a bandeira catalã está hasteada na Lua, bem como o jornal traz diversas reportagens sobre a repercussão da declaração do mundo, principalmente sobre a União Europeia e os principais líderes da região que deixam claro que nunca reconhecerão a *Catalunya* como um Estado independente, ou seja, como a *República de Catalunya*.

Somente a título de curiosidade, a *República de Catalunya* de 1934 durou 11 horas, e a de 2017 apenas 5.

Figura 20: Capa do jornal *El País* de 12 de setembro de 2017.



Fonte: El País (2017) (adaptado)

CONCLUSÃO

O presente trabalho aventurou-se a mostrar como os jornais *El País* e *El Periódico de Catalunya* apresentam suas reportagens acerca da *Comunitat Autònoma de Catalunya*, uma região espanhola. Percebemos, pois, que as hipóteses levantadas pelo pesquisador estavam corretas: o *El País*, sendo um jornal nacionalista e europeísta, veicula suas reportagens e/ou notícias a favor de uma nação espanhola unida na diferença, criticando os ideários independentistas e acusando as pessoas que são a favor da independência ao dizer que elas são contra a democracia, ao bem-estar social e ao Governo Central Espanhol.

Já o *El Periódico*, sendo um jornal catalanista, não nacionalista, progressista, e subsidiado pela *Generalitat*, era mais do que esperado que ele demonstrasse em suas reportagens/notícias a favor de uma *Catalunya* autogovernada política, social e economicamente. De tal modo, a *Catalunya* tem uma “independência” conquistada em alguns setores, como a economia, na qual é responsável por quase 20% do PIB espanhol, bem como na política com sua gestão administrativa bem estruturada e na segurança de seus cidadãos através dos *Mossos d’Esquadra*.

Quanto ao primeiro conceito apresentado, o território, entendemos que sendo um espaço onde as relações de poder ocorrem, é certo afirmar que a *Catalunya* atualmente é uma área com uma grande influência do poder político, visto que ela é uma área de conflito, e nela existem relações identitárias, como Haesbaert (2011) afirma. A identidade catalã foi construída através dos anos.

Como região, a *Catalunya* é uma área administrativa do Reino de Espanha sob uma nomeação diferente, a de Comunidade Autônoma, no qual existe um poder central que controla a região, bem como a paisagem²³ catalã a diferencia das demais comunidades espanholas. Daí vem a identidade catalã, traçada através da História pelas pessoas que ali viveram e ainda vivem, reconhecendo paisagens como sendo o cerne de sua identidade, como o *Montserrat*, um maciço rochoso que possui valores culturais, naturais e históricos para o povo catalão, e que é a marca paisagística de toda a região. A nação catalã é uma nação que possui todos os requisitos para se tornar um Estado independente: possui uma população com costumes e rituais próprios, um território que

²³ Não analisamos o conceito de paisagem no primeiro capítulo porque não queríamos aprofundar nesse conceito, como também não era imperativo o utilizarmos.

produz vínculos com a terra, com a sociedade, e tem meios de exercer sua política e economia independente.

Este trabalho não foi totalmente concluído, pois há muito que analisar sobre a questão independentista catalã, seja em qual escala for. A cultura de quaisquer povos não se esgota apenas numa primeira olhada, na primeira análise, é preciso vivenciá-la, experimentá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, L.F. **O Recrudescimento do Nacionalismo Catalão**: Estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2016.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia**: Conceitos e Temas. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

EL PAÍS. Madri, 1976-. Diário.

EL PERIÓDICO DE CATALUNYA. Barcelona, 1976-. Diário.

ESQUERRA REPUBLICANA DE CATALUNYA. Disponível em: <<https://www.esquerra.cat/ca/inici>>. Acesso em 20/05/2018.

FONT, J.N.; RUFÍ, J.V. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

ESPAÑA. Constituição (1978). Constituição Espanhola. Madri, Comunidade de Madri. 1978.

ESPAÑA EM CIFRAS 2017. Disponível em <http://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/categoria.htm?c=Estadistica_P&cid=1254735976606>. Acesso em 18/05/2018.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. In: **Revista Topoi**. São Paulo, 2011. 18 p. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi23/topoi23_a04_guerra_diplomacia_e_mapas.pdf>. Acesso em: 10/05/2018.

GOMES, P.C.C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. In: Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOBSBAWN, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SOUSA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.